



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
E SOLIDÁRIO - PDRSS**

2012 - 2015



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

SECRETÁRIO ADJUNTO DA SDA

Antônio Rodrigues de Amorim

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SDA

Wilson Vasconcelos Brandão Júnior

PRESIDENTE DA EMATERCE

José Maria Pimenta

SUPERINTENDENTE DO IDACE

Ricardo Durval Eduardo de Lima

PRESIDENTE DA ADAGRI

Francisco Augusto de Souza Júnior

PRESIDENTE DA CEASA

Antônio Reginaldo Costa Moreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO AGROPOLOS

Francisco Celso Crisóstomo Secundino

COORDENADORIAS DA SDA

Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - CODAF

Emanuel Itamar Lemos Marques

Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário - CODEA

José Lima Castro Junior

Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural - CODET

Antônia Duarte Almeida

Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais - COPPE

Josias Farias Neto

Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária - COAPE

Marcio José Alves Peixoto

Coordenadoria de Planejamento e Gestão - COPLAG

Francisco Cristiano Maciel de Goes

Coordenadoria De Crédito Rural e Políticas Afins - COCRED

José Arimateia Gonçalves

COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL

Superintendência Regional do Incra no Ceará - SR(02) INCRA-CE

Raimundo Cruz Pinto

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - DFDA

Francisco Nelsieudes Sombra Oliveira

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Superintendência Regional do Incra no Ceará - SR(02) INCRA-CE

Eduardo Martins Barbosa

Equipe Responsável pela Implementação da Metodologia e Moderação das Oficinas:

Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará (GTT)

ENTIDADE	REPRESENTANTES
Secretaria Executiva do CEDR	Marcos Antônio Vieira de Castro
Assessor da Secretaria Executiva do CEDR	Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho
Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural- CODET	Graça Almeida
Articulador Territorial da CODET	Cleber Leite Pereira
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATERCE	Maria de Fátima Costa Fernandes
Instituto Agropolos do Ceará	Josafá Martins de Oliveira
Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Ceará-DFDA	Francisco Nelsieudes Sombra Oliveira
Articulador Estadual da SDT/MDA	Antônio Lacerda Souto
Articulador Estadual da SDT/MDA	Olímpio Ferreira de Queiroga Neto
Agente de Dinamização Econômica da SDT/MDA	Luis Carlos dos Santos
Secretaria do Planejamento e Gestão	Maria Aparecida Rodrigues Gomes Façanha
Secretaria das Cidades	Francisco das Chagas Lopes

Sistematização e Redação Final:

Eduardo Martins Barbosa

Maria Fernanda de Sousa Rodrigues

Sheila Golabek Sztutman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 08

1. INTRODUÇÃO 10

2. MARCO CONCEITUAL E METODOLÓGICO..... 11

2.1. Fundamentos, Princípios e Valores..... 11

2.2. As Visões do Rural e do Urbano A Luta contra a Pobreza e as Políticas de Desenvolvimento 12

2.3. Principais Aspectos de Articulação entre o PDRSS, o PPA Estadual e o PPA Nacional 14

2.4. Desenvolvimento e Resultados dos Trabalhos de Planejamento..... 17

3. AS AÇÕES PRIORITÁRIAS NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE E DOS AGENTES PÚBLICOS 20

4. BREVE ANÁLISE DA REALIDADE RURAL 23

4.1 - O Contexto Agrário do Final do Século XX e a Emergência dos Novos Atores Sociais do Campo..... 23

4.2 - Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento do Ceará..... 24

Tabela 1. Evolução do PIB Total e Per Capita no Período 1990 - 2004 por Macroregião 25

Tabela 2. Variação anual da População no Período 1980-2000 por Macroregião 25

Tabela 3. Variação anual da População no período 2000-2010 por território 26

Tabela 4. Categoria de Município segundo critérios adotados na I CNDRSS 27

Tabela 5. Classificação dos Municípios Segundo Território de Identidade e a Categoria adotada na I CNDRSS..... 28

4.3. A Estrutura Fundiária, a Reforma Agrária e o DRSS 29

Tabela 6. Estrutura Fundiária 29

Tabela 7. Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar por área 30

4.4. A Agricultura Familiar no Contexto Estadual 30

Tabela 8. Valor adicionado a preços básicos e estrutura setorial correspondente..... 31

Tabela 9. Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12, por sexo, segundo a agricultura familiar - Ceará - 2006 33

Tabela 10. Condição do produtor familiar em relação à terra (acesso consolidado / acesso precário) 34

4.5. A Pobreza Extrema no Ceará Rural: dimensionamento e contextualização	35
Tabela 11. População total e população em extrema pobreza, segundo municípios por porte populacional, Brasil - 2010.....	35
5. OS MACROPROCESSOS ESTRUTURANTES DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO: BALANÇO E PERSPECTIVAS	37
5.1. Territorialização do Espaço Rural.....	37
5.2. Descentralização do Sistema Estadual de Agricultura	39
5.3. Redefinição e Aprimoramento do Marco Legal e Regulatório	40
5.4. Inovações para a Construção do DRSS no Ceará: Estratégias Operacionais para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária no Campo.....	41
5.5. Construção da Política de Gestão e Controle Social do PDRSS	42
6. METAS 2012-2015.....	44
7. GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	48
7.1. Monitoramento e Avaliação	49
7.2. Controle Social	49
8. Base Bibliográfica.....	50
ANEXOS	50
SIGLAS	52
ANEXO 1	53
ANEXO 2.....	66
ANEXO 3.....	67
ANEXO 4.....	73
ANEXO 5.....	78
ANEXO 6.....	80
ANEXO 7.....	89
ANEXO 8.....	96
ANEXO 9.....	99



APRESENTAÇÃO

Cumprindo com alegria mais um compromisso com a nossa gente, apresentamos ao povo cearense, em especial aos agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, comunidades negras, quilombolas, povos indígenas, populações ribeirinhas, pescadores artesanais e atingidos por obras públicas no campo, o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará, o PDRSS 2012 - 2015.

Resultante da construção coletiva iniciada em março de 2011, coordenada pelo Grupo de Trabalho pela Territorialização (GTT), contou com a participação de 1280 representantes de instituições governamentais e não-governamentais, entidades representativas e movimentos sociais de 182 municípios dos 13 territórios cearenses. A sua

consolidação e validação se deu no Encontro Estadual realizado no período de 9 à 10 de junho de 2011, quando 350 delegados e delegadas priorizaram 40 ações diretas mais importantes para a ação direta da SDA e suas vinculadas, bem como as 10 articulações mais significativas para o desenvolvimento rural do Ceará em articulação com outras secretarias.

O plano que ora lançamos é, sem dúvida, um importante instrumento para a consolidação da nova dinâmica de desenvolvimento do meio rural cearense protagonizada pela agricultura familiar, na busca da superação da crise do modelo de desenvolvimento do agro cearense, vivenciada desde as décadas finais do século XX. Esta visão renovada está fundada na ampliação da participação social, na universalização dos direitos fundamentais, no reconhecimento dos direitos de cidadania, na segurança alimentar e nutricional, na conservação da biodiversidade e na promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia, considerando a abordagem territorial e o caráter intersetorial do desenvolvimento. O plano também reitera os valores e concepções do desenvolvimento humano, da agroecologia, da socioeconomia solidária, da ética, da sustentabilidade ambiental e da convivência criativa com o semi-árido.

O PDRSS foi construído com o propósito de sistematizar as demandas da sociedade, ampliar as experiências de resultados exitosos e identificar

as oportunidades de inovação. Ele é uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios próprios de uma transição de modelos, tarefa central das forças populares do campo neste início do século XXI.

No primeiro mandato criamos a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) com o objetivo de colocar uma forte estrutura de Governo a serviço da agricultura familiar, responsável por 12,8 % do PIB do Ceará em 2006, bem como estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, alicerçada na sustentabilidade e na solidariedade. Trabalhamos juntos e vamos continuar atuando em parceria com o Governo Federal, em especial com o MDA, o MDS, o MAPA, o MI e o Incra. Internamente, atuamos articuladamente com todas as nossas estruturas de governo. Estendemos esta ação conjunta por meio de inúmeras parcerias com os municípios e as diversas organizações da sociedade civil. Reconhecemos, apoiamos e dinamizamos os territórios de identidade e as diversas instâncias de participação da sociedade, aprimorando a gestão e controle social das políticas públicas. Muito se avançou e nos alegramos por isso, mas reconhecemos que muito mais precisa ser feito.

Com este plano queremos a cada ano alcançar novos recordes de produção advinda da agricultura familiar. Para isto pretendemos, até 2015, universalizar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Programa Hora de Plantar. Vamos também concluir a Regularização Fundiária em todos os municípios e avançar no Reordenamento Agrário.

Com estas medidas criaremos mais oportunidades de acesso ao Crédito Rural. Neste próximo período trabalharemos o Ceará ser declarado zona livre de febre aftosa com vacinação. Com o Luz para Todos e o Água para Todos, vamos universalizar o acesso dos povos do campo a esses dois insumos básicos para a dinamização do mundo rural. Juntos com nossos parceiros vamos trabalhar firme na Saúde, na Educação do Campo, na Arte e Cultura, no Esporte, na Inclusão Digital, na Segurança Pública, ou seja, em todas as dimensões do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Entretanto o objetivo mais nobre deste plano é atender ao chamamento da Presidenta Dilma de focarmos os 776 mil cearenses vivendo no campo na situação de extrema pobreza, para, junto com eles, efetivarmos a sua inclusão produtiva, criando cidadania para os povos do campo, construindo o Ceará Rural Sem Miséria.

Por fim vale registrar e agradecer a participação dos agricultores e agricultoras familiares e suas representações, dos movimentos sociais e das instituições governamentais federais, estaduais e municipais, pelo esforço e trabalho desenvolvidos no sentido de garantir direitos historicamente negados e avançar na construção de um Ceará Justo e Solidário.

José Nelson Martins de Souza

Secretário de Desenvolvimento Agrário

Cid Ferreira Gomes

Governador

1. INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PDRSS em consonância com o PPA Ceará 2012 - 2015 é fundamental para o detalhamento e a consolidação da proposta política apresentada pela Coligação por um Ceará Melhor pra Todos, constituída por um amplo leque de forças políticas e sociais liderada pelo Governador Cid Gomes e escolhida democraticamente pela população no processo eleitoral de 2010.

As linhas gerais desta proposta estão expressas no documento “Ceará Pra Fazer Ainda Mais: Diretrizes para o Plano de Governo - DPG”, elaborado por meio de ampla consulta à sociedade no processo da campanha política de 2010. As Diretrizes estão estruturadas nos seguintes eixos: Sociedade Justa e Solidária, Economia Para uma Vida Melhor e Governo Participativo, Ético e Competente.

O segundo capítulo deste Plano apresenta as bases conceituais e metodológicas utilizadas como parâmetros para sua elaboração, em consonância com os princípios e valores que norteiam o projeto de desenvolvimento nacional. Também neste capítulo, é traçado um comparativo com os Planos Plurianuais Nacional e Estadual, para que se possa identificar os pontos de convergência.

Um balanço do processo iniciado no PDRS 2008-2011 e a análise da realidade rural, com destaque para os avanços advindos das ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e erradicação da pobreza, estão destacados no capítulo três. Este balanço também é feito com relação aos macroprocessos estruturantes da dinâmica de desenvolvimento rural sustentável e solidário apresentado no capítulo quatro.

O resultado do processo de reflexão e priorização das demandas da sociedade assim como as propostas das coordenadorias da SDA e suas vinculadas, estão expressos no capítulo cinco e as metas estabelecidas para alcançar os objetivos são apresentadas no capítulo seis.

A forma de monitoramento e controle social das diretrizes e prioridades aprovadas no Plano assim como a compatibilização com as ações de outros órgãos estão delineadas no capítulo sete.

Os anexos trazem um panorama dos programas priorizados no PPA Nacional, as ações e compromissos estabelecidos para o PPA Estadual, as demandas apresentadas durante as oficinas territoriais, as siglas e o mapa dos treze Territórios Rurais.

2. MARCO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

2.1. FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E VALORES

O Desenvolvimento Agrário, um dos temas do eixo “Economia para uma Vida Melhor” do Plano de Governo, foi sintetizado na idéia-força “Ceará Rural Sustentável e Solidário”, reunindo um amplo conjunto de ações em 11 (onze) Diretrizes. Instalado o Governo, coube agora à SDA efetivar essa idéia síntese, liderando o processo de planejamento de governo desta temática para o próximo período.

Esta liderança se materializa com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS 2012-2015), ressaltando que a inclusão do termo “solidário”, uma inovação em relação ao plano do período 2008-2011, não é uma simples questão de semântica, mas de afirmação de uma dada concepção de desenvolvimento, estabelecida no processo da **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade**. Os princípios firmados durante a Conferência estão consubstanciados em valores que devem nortear a construção do projeto de desenvolvimento nacional, quais sejam:

- **Democracia**, vista como princípio organizativo da cultura política e das relações sociais, favorecendo a construção autônoma dos interesses sociais, o protagonismo dos sujeitos políticos, os espaços de diálogo e negociação política, fornecendo as condições necessárias para o pleno e livre desenvolvimento das capacidades e oportunidades humanas;
- **A Sustentabilidade** é compreendida a partir de suas múltiplas dimensões, devendo buscar superar as históricas desigualdades sociais e regionais. A dimensão política significa afirmar oportunidades de participação ativa, contínua e democrática nos processos decisórios que afetam a vida em sociedade. A dimensão econômica significa a viabilização, no médio e longo prazo, de atividades produtivas e a distribuição eqüitativa da renda gerada. A social defende o acesso a direitos, à proteção do Estado e ao exercício pleno de opções e escolhas relativas à cultura e tradições, contribuindo para a eliminação das desigualdades sociais, de classe, de gênero, geração, raça e etnia. A dimensão ambiental pressupõe atenção, respeito e proteção aos recursos naturais, além da eliminação de práticas danosas ao meio ambiente.
- **Inclusão** abarca a necessidade de se ampliar os mecanismos de democratização política, social, econômica e cultural, partindo do reconhecimento das profundas desigualdades de gênero, geração, raça e etnia e assegurando a participação igualitária de mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e outras populações historicamente discriminadas e marginalizadas dos processos decisórios nacionais;
- **Diversidade**, que reconhece um Brasil rural como um patrimônio específico, em função de diferentes segmentos sociais, da variedade dos biomas, e ecossistemas, da pluralidade das experiências de conservação, uso e apropriação dos recursos naturais, da variedade das formas de organização social e política, dos diversos arranjos econômicos e sistemas produtivos, da pluralidade cultural e da riqueza dos saberes e fazeres tradicionais;

- **Soberania**, que assegura ao Estado democrático o direito de definir instituições públicas e leis que promovam o ordenamento e a regulação sobre as relações sociais, os recursos disponíveis e os equipamentos coletivos existentes em seu território;
- **Igualdade**, entendida como resultado das transformações nas relações de poder nas diferentes dimensões da vida social, e princípio fundamental para a equidade no acesso aos direitos e às políticas públicas;

A solidariedade é compreendida como responsabilidade coletiva e compartilhada em favor de uma ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa e baseia-se em concepções e práticas fundadas na cooperação e na autogestão, no âmbito não só da produção, comercialização, finanças e consumo, mas também no cotidiano das relações sociais.

Do mesmo modo, o “Ceará Rural Sustentável e Solidário” é a expressão local desta concepção nacional e o PDRSS 2012-2015 adota a esta concepção para congregar as políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário, cabendo a SDA liderar a implementação dessas políticas em articulação com as demais secretarias de Estado e entes federados.

2.2. AS VISÕES DO RURAL E DO URBANO A LUTA CONTRA A POBREZA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

A idéia da economia clássica surgida no século XVIII associava a passagem do mundo rural ao urbano como o caminho da civilização moderna e o reconhecimento de que a humanidade avançava do passado ao futuro; ou seja, passando do atrasado ao moderno, do rural ao urbano, do agrícola ao industrial.

As concepções do rural foram sendo modificadas quando se percebeu com maior clareza a complexidade e a diversidade do campo social, econômico e cultural que permeava a sua realidade. As lutas históricas têm evidenciado a busca do reconhecimento e da valorização do espaço rural como um local de transformações profundas com repercussões sobre o conjunto da sociedade brasileira. Esse comportamento da sociedade em torno desses espaços singulares tem evidenciado uma outra categoria social assentada no modelo de desenvolvimento que se propunha os sujeitos sociais constituidores do espaço rural e urbano. Para este recorte, é necessário ressaltar aqui os dois protagonistas da economia no meio rural: a agricultura patronal e a agricultura familiar.

O primeiro modelo de agricultura é desenvolvido em latifúndios, a produção é sempre em grande escala normalmente associada à monocultura, utiliza-se da alta tecnologia, representa apenas 1% dos proprietários do Brasil, geralmente esses produtos são para a exportação, portanto não abastecem a população brasileira.

O segundo modelo caracterizado como agricultura familiar, compreende um modelo marcado pela relação íntima entre trabalho e gestão da produção, a direção do processo produtivo é conduzido pelos próprios proprietários, há uma diversificação na produção e a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar.

Nessa perspectiva, os modelos supracitados estão ancorados em estilos de desenvolvimento, obviamente diferenciados em sua gênese de conviver com espaço rural, logo temos dois tipos de desenvolvimento, e são estes que irão ser os interlocutores com a sociedade brasileira na construção de uma nova visão do rural e do urbano. Aqui, não se trata de apagar a suposta linha divisória histórica entre o rural e o urbano, nem de sua equivalência ao atrasado e o moderno, mas, de constituir outros referenciais a partir do modelo de desenvolvimento, adotado pelos protagonistas que escrevem cotidianamente a vida no campo e, tratar de ver a estreita interdependência do mundo rural com o resto da economia e com o meio urbano em particular.

Por esta razão é necessário acentuar que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas idéias devem ser consideradas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento rural brasileiro.

O desenvolvimento rural, nesta perspectiva, significa uma busca de transcender ao modelo da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina tecnologias toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

É necessário enfatizar que apesar das dificuldades ameaçadoras observadas no meio rural no tocante a vida e os direitos dos trabalhadores, estas não inibem a permanência das lutas e das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais protagonizadas pelos diversos sujeitos, que insistem em fazer do meio rural um lugar de morada, de sonhos e permanente de lutas. É neste contexto que se insere a luta contra a pobreza.

Neste tema, o Brasil tem tido, nos últimos anos, resultados muito animadores. Por exemplo, durante a década 1999 a 2009, a proporção de população pobre caiu 37,5%, e a extrema pobreza diminuiu 51%. Acompanhando esta tendência, no Estado do Ceará a queda foi, no mesmo período, de 36,9 e 51,1% respectivamente (IPECE 2010). Mas estes resultados não podem fazer esquecer que ainda há um importante caminho a ser percorrido para a erradicação da pobreza.

Segundo Ricardo Abramovay (2010), as conquistas recentes na luta contra a pobreza, no Brasil, padecem de dois problemas fundamentais: de um lado, apesar da redução na desigualdade de renda, persistem as formas mais graves de desigualdade no acesso à educação, à moradia, a condições urbanas dignas, à justiça e à segurança.

Para alguns estudiosos do tema supracitado, a pobreza, se configura pela falta do que é necessário para satisfazer as necessidades básicas como alimentos, vestuário, habitação e cuidados de saúde. Mas, há um fenômeno multidimensional que está inter-relacionado a outros fatores; e que consiste numa carência ou na incapacidade de participar nos espaços sociais que submete as pessoas à exploração, tornando-as vulneráveis, enquanto, individuo social.

Numa clara demonstração de fortalecimento da agricultura familiar e enfrentamento no combate a pobreza, o Governo do Ceará, sob o slogan por um “Ceará Rural Sustentável e Solidário” está focado numa gestão que visa à melhoria da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio de políticas públicas mitigadoras da situação de pobreza rural como, por exemplo, o Programa Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), o Programa Estadual do Biodiesel, o Programa Hora de Plantar, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - São José III, o Programa Cisterna de Placas; o Programa de Manejo e Conservação de Solo, o Programa de Distribuição e Instalação de Medidores Horosazonais e o Programa Irrigação na Minha Propriedade, dentre outros.

O compromisso com o combate a pobreza e pelo fortalecimento da agricultura familiar foi reafirmado com a adesão do Governo Estadual à Política de Desenvolvimento do Brasil Rural - PDBR, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, que visa um conjunto de estratégias e ações voltadas para uma vida mais digna para a população rural.

2.3. PRINCIPAIS ASPECTOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE O PDRSS, O PPA ESTADUAL E O PPA NACIONAL

O resgate do planejamento como instrumento estratégico da relação do governo com a sociedade é uma das marcas deste período de transição da hegemônica visão neoliberal do final do século XX, para uma concepção social e inter-nacional desenvolvimentista do Estado brasileiro neste início do século XXI.

Os dois governos do Presidente Lula e a atual gestão da presidenta Dilma, combinados com o advento do segundo governo Cid Gomes no Ceará configuram um período político ímpar para as forças populares e democráticas locais. É este contexto inédito que permite um avanço significativo em termos de alinhamento estratégico entre o PDRSS, o PPA Estadual e o PPA Nacional.

Partindo do âmbito mais geral, temos os 09 (nove) macrodesafios relacionados a seguir:

1. Dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento, apoiado no avanço científico e tecnológico, de forma a minimizar as desigualdades regionais e assegurar a continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
2. Superar a extrema pobreza e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais.
3. Propiciar o acesso da população brasileira à educação, conhecimento, cultura e esportes com equidade, qualidade e valorização da diversidade.
4. Promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à saúde, previdência e assistência social.

5. Fortalecer a cidadania, respeitando a diversidade das relações humanas, promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos.
6. Expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do território Nacional e do país com a América do Sul.
7. Fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública.
8. Preservar a integridade e a soberania nacional, participando ativamente dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento do mundo
9. Promover a segurança e a integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz.

O MDA estabeleceu a expressão desses macrodesafios no Brasil Rural, detalhando para cada um deles as tarefas estratégicas necessárias de serem empreendidas (Anexo 4). A partir desse documento foram elaborados, em conjunto com outros ministérios e coordenados pelo MPOG, os seguintes programas a serem submetidos ao processo legislativo no Congresso Nacional: Programa 2012 - Agricultura Familiar, Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária. Um quadro resumo dos programas com seus objetivos encontra-se no Anexo 5.

Na esfera estadual o Governo Cid Gomes II mobilizou mais uma vez a sociedade cearense para o processo de Planejamento Participativo e Regionalizado, com vistas à elaboração do PPA Estadual 2012-2015. Na direção de sedimentar as políticas iniciadas em sua primeira gestão de 2007-2010 o Governo do Estado do Ceará buscou identificar junto à sociedade as ações prioritárias potencializadoras das riquezas do Estado, com o compromisso de fazer ainda mais, balizado numa gestão ética e transparente na construção de um Ceará mais feliz, mais participativo e competente.

Para este processo a SEPLAG adotou a divisão política das “Macrorregiões”, em número de 8 (oito), subdividindo-se em 20 “Regiões Administrativas”. Foram escolhidos 18 municípios para sediar a chamada “Oficina do PPA Participativo. Esta organização espacial foi assim composta: **Macrorregião 1** - Região Metropolitana de Fortaleza: 1ª Região Metropolitana - Fortaleza;), **Macrorregião 2** - Litoral Oeste: 2ª Região - Itapipoca, 3ª Região - Acaraú, 4ª Região - Camocim; **Macrorregião 3** - Sobral/Ibiapaba: 5ª Região - Tianguá e 6ª Região - Sobral; **Macrorregião 4** - Sertão dos Inhamuns: 13ª Região Crateús e 15ª Região - Tauá; **Macrorregião 5** - Sertão Central: 7ª Região - Canindé, 12ª Região - Quixeramobim e 14ª Região - Mombaça; **Macrorregião 6** - Baturité: 8ª Região - Baturité; **Macrorregião 7** - Litoral Leste/Jaguaribe: 9ª Região - Aracati, 11ª Região - Jaguaribe e 17ª Região - Icó; **Macrorregião 8** - Cariri/Centro Sul: 2ª Região Metropolitana (RM Cariri) - Juazeiro do Norte, 16ª Região - Iguatu, 18ª Região - Campos Sales e 19ª Região - Brejo Santo.

Cabe registrar que o processo participativo do PPA ocorreu logo após as oficinas territoriais de elaboração do PDRSS, tendo sido adotado outro critério, diferente da concepção de “território de identidade”, balizadora da criação dos “Territórios da Cidadania” e dos “Territórios Rurais”, que conformam os 13 territórios cearenses originários do “Pacto pela Territorialização do Ceará”, firmado em 2007.

No sentido de priorizar as ações, em cada uma das 18 Oficinas Regionais do PPA Participativo, os presentes estabeleceram o “Ranking das 10+” para cada Secretaria de Estado (Anexo 6), bem como pactuaram 03 (três) “Compromissos Regionais” mais relevantes para o desenvolvimento regional (Anexo 7).

Considerando os recortes geográficos diferenciados e a composição social dos participantes dos dois processos de planejamento participativo e fazendo um paralelo em termos das prioridades estabelecidas pela sociedade, observa-se que os resultados foram bastante próximos e coerentes entre si, conforme poderá ser verificado no conjunto do documento.

Aqui neste item, vale ressaltar que nos “Compromissos Regionais” os representantes da sociedade civil e política destacaram, no geral, os temas “Segurança Pública”, “Saúde”

e “Educação” como prioridades do PPA 2012-2015. Entretanto a área temática “Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária” foi priorizada como 2º ou 3º compromisso regional nas seguintes oficinas: Camocim (Litoral Oeste), Crateús (Sertão dos Inhamuns), Canindé e Mombaça (Sertão Central), Aracati e Jaguaribe (Litoral Leste / Jaguaribe), Brejo Santo, Icó, Iguatu e Juazeiro do Norte (Cariri / Centro Sul).

Neste contexto de aprofundar cada vez mais as conquistas da população que o Governo Estadual e a SDA, em especial, mobilizou a sociedade numa grande ciranda de gente que sonha e luta: trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos rurais, movimento dos sem terra, gestores e gestoras públicos para redigir mais uma página da história agrária do Ceará, registrada no PPA Estadual com foco principal em duas áreas temáticas: i) Governo e Sociedade, com o Programa 023 - Igualdade Étnico-Racial e ii) Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, com os seguintes programas: Programa 028 - Desenvolvimento Agropecuário, Programa 029 - Enfrentamento à Pobreza Rural e Programa 067 - Desenvolvimento Territorial Rural.

Concluindo, pode-se afirmar que o esforço de articulação do planejamento por parte da SDA, expresso no PDRSS, com o planejamento mais geral nos dois âmbitos federativos, consubstanciados nos PPA estadual e no PPA nacional, foi bastante significativo resultando em uma forte sintonia entre as políticas públicas nos dois planos de governo, primando sempre pela participação dos atores envolvidos no processo de planejamento. Essa postura é essencial para esta primeira fase da ação de governo conforme enunciado nas primeiras páginas do PPA nacional: “Um dos grandes desafios centrais do planejamento governamental contemporâneo é o de levar o Estado a entregar os produtos

necessários à sociedade no lugar e no tempo adequado”. Para nós significa entregar os produtos essenciais à construção do Ceará Rural Sustentável e Solidário no período de 2012 a 2015.

2.4. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS DOS TRABALHOS DE PLANEJAMENTO

A construção do PDRSS 2012-2015 tem início a partir do resgate dos compromissos firmados na proposta do atual governo durante a campanha eleitoral, de trabalhar para uma Sociedade Justa e Solidária, uma Economia para uma Vida Melhor e um Governo Participativo, Ético e Competente.

Os trabalhos foram coordenados pelo Grupo técnico de apoio a implementação da estratégia de desenvolvimento territorial no Estado do Ceará - GTT, criado para gerir a implantação participativa dos territórios de identidade no nosso Estado. O trabalho foi realizado nas seguintes etapas:

Etapa 1 - Balanço da implementação de ações e o atendimento das metas previstas no PDRS 2008-2011. Este balanço, juntamente com as onze diretrizes governamentais (listadas a seguir), e os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS) e as proposições das Coordenadorias da SDA e vinculadas nortearam todo o processo de construção do Plano

Quadro 1. Diretrizes de Governo

Diretriz 1	Desenvolvimento Territorial e Vida no Semiárido. Consolidação dos territórios como unidades de planejamento, integração e gestão de políticas públicas
Diretriz 2	Organização da Produção e Comercialização com quantidade, qualidade e regularidade
Diretriz 3	Transição Agroecológica para Convivência com o Semiárido: Desenvolvimento de mecanismos de incentivos à produção agroecológica, para reverter os impactos socioambientais e econômicos de artificialização dos agroecossistemas
Diretriz 4	Terra para Todos
Diretriz 5	Universalização do Acesso à Água e ao Saneamento Básico
Diretriz 6	Ampliação de Infraestrutura Produtiva e Social para o Desenvolvimento Rural

Diretriz 7	Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas Produtivas, Sociais e Ambientais
Diretriz 8	Aprimoramento da Assistência Técnica e Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
Diretriz 9	Incremento da Política de Defesa Agropecuária
Diretriz 10	Educação do Campo
Diretriz 11	Ampliação da Educação Profissional no Campo

Etapa 2 - Construção Metodológica - foi feita de forma participativa, iniciando com os levantamentos feitos pelo GTT (diretrizes e demandas dos PTDRS), organizados em planilhas e acrescentadas as ações previstas pelas Coordenadorias da SDA. As planilhas foram utilizadas como orientadoras nas oficinas territoriais.

Etapa 3 - Mobilização - O nivelamento do conceito e orientações para as oficinas foram feitos pelo GTT aos assessores territoriais e aos núcleos dirigentes dos colegiados territoriais que em seguida fizeram a mobilização para as oficinas.

Etapa 4 - Oficinas territoriais - os atores discutiram acerca do desenvolvimento de seu território. A questão chave neste ponto foi a definição de propostas coerentes e viáveis para impulsionar este desenvolvimento. Ao mesmo tempo, buscou ampliar o reconhecimento da 'legitimidade social' dos vários atores, para justificar suas propostas. Em seguida, iniciou-se o processo de negociação e busca de consenso. Em média, participaram 98 pessoas em cada uma das oficinas, somando no total 1.300 participantes.

Etapa 5 - Seminário de Construção do PDRSS 2012-2015 - realizado nos dias: 09 e 10 de junho de 2011 no Condomínio Espiritual Uirapuru, com o objetivo de consolidar e priorizar as propostas e demandas apresentadas e discutidas nas oficinas territoriais e debater e priorizar, pelos eixos estratégicos de âmbito estadual, as propostas e demandas que irão compor o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará. Participaram do seminário Representantes Territoriais, Secretários Municipais de Agricultura, Representantes das Instituições Federais e Estaduais, Representantes dos Movimentos Sociais e Sindicais e das Redes Temáticas, Prefeitos Municipais, Conselheiros do CEDR e Convidados.

Etapa 5.1 - Priorização das Demandas Territoriais - Aproximadamente 1.500 propostas e demandas foram sistematizadas pelo Grupo de Trabalho Territorial (GTT) orientadas pelas 11 (onze) Diretrizes do Plano de Governo (DPG), subdivididas em Ações de Execução Direta pela

SDA, Ações de Articulação pela SDA e Outras Ações. Na primeira atividade do seminário, foram priorizadas 20 demandas por território, totalizando 260. Estas propostas foram indicativas para a construção dos eixos temáticos: i) Direitos e Inclusão Social; ii) Terra, Água e Biodiversidade: Conservação e Democratização do Acesso; iii) Infraestrutura Básica, Social e Produtiva; iv) Produção, Agroindustrialização e Comercialização e v) Desenvolvimento Institucional e Gestão Territorial.

Etapa 5.2 - Priorização por Eixo Temático - A partir das 260 demandas territoriais os participantes organizados em grupos temáticos fizeram nova rodada de priorização. O conjunto dos participantes definiu as 20 prioridades temáticas de Ação Direta, ordenadas de 1 a 20 e as 5 Ações de Articulação, ordenadas de 1 a 5. Assim, ao final desta segunda etapa, 100 Ações Diretas foram selecionadas e pré-ordenadas pelas áreas temáticas e 25 Ações de Articulação priorizadas em trabalho de grupo, gerando 100 demandas que foram submetidas a plenária geral.

Etapa 5.3 - Plenária de Priorização Estadual - Concluídas as oficinas temáticas, todos os participantes reuniram-se na plenária final de priorização. Do conjunto anteriormente selecionado, foram escolhidas as 40 Ações Diretas, sendo 20 delas de maior prioridade, ordenadas de 1 a 20 e as 05 Ações de Articulação, ordenadas de 1 a 5, consideradas as mais relevantes na construção do Ceará Rural Sustentável e Solidário para o período 2012 - 2015.

Eixos das Diretrizes do Plano de Governo (DPG)

3. AS AÇÕES PRIORITÁRIAS NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE E DOS AGENTES PÚBLICOS

As priorizações das ações foram realizadas em várias etapas. Após a primeira rodada de discussões, em oficinas realizadas nos territórios, foram organizadas e priorizadas por diretriz. Na plenária Estadual foram estabelecidos os eixos estruturantes que estabelecem as relações entre as diretrizes estratégicas e as ações específicas a serem desenvolvidas pelas políticas e programas existentes ou a serem criados pela SDA, por outras Secretarias do Estado ou de forma integrada entre elas.

Estes eixos dialogam e interagem diretamente com um ou mais objetivos e diretrizes. É importante destacar, que ao serem estabelecidos, os eixos levaram em conta o enfoque transversal, a abordagem territorial, as questões de gênero e etnia, a preservação ambiental, a educação e capacitação, a pesquisa e o fortalecimento das instituições envolvidas conforme demonstrado a seguir:

Direitos e Inclusão Social	1	Formar turmas para educação de Jovens e Adultos em assentamentos, reassentamento e comunidades tradicionais para capacitações voltadas ao desenvolvimento sustentável e solidário
	2	Criar o Centro Integrado de Referência em agroecologia para o semiárido.
	3	Difundir a inclusão digital como importante ferramenta de infraestrutura produtiva e social para o meio rural, aproveitando jovens já capacitados como multiplicadores
	4	Criar projetos de educação ambiental e nutricional que envolvam o protagonismo infanto-juvenil, através de ações práticas no campo
	5	Estruturar e consolidar o sistema de ATER pública fortalecendo as instituições públicas e da sociedade civil para atender satisfatoriamente a pluriatividade de base familiar de acordo com a PNATER, assistência técnica continuada e sistemática e para desenvolver ações de formação e gestão compartilhada
	6	Universalização de cisterna de placas no meio rural e de outras formas de reservatórios de água de chuva
	7	Desburocratização de acesso ao custeio agrícola estimulando a captação de crédito rural para incremento de projetos produtivos, inclusive capital de giro
	8	Potencializar os mecanismos de participação dos agricultores familiares nas políticas públicas de comercialização
	9	Reivindicar e apoiar a implantação dos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos povos do campo, considerando suas organizações e calendário próprio ¹ e assegurar o apoio e manutenção das escolas Famílias Agrícolas
	10	Promover as artes cênicas, manifestação cultural popular em todas as suas dimensões, nas escolas públicas dos Territórios

Terra, Água e Bio-diversidade	1	Incentivar nos assentamentos e comunidades rurais o manejo da caatinga, preservação e recuperação de matas ciliares
	2	Apoiar a produção de essências nativas, biocompostagem, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedra, adubação orgânica e verde, correção de solo, premiando os produtores que se utilizam essas práticas
	3	Implantar o Projeto Irrigação na Minha Propriedade, aproveitando as fontes existentes no local
	4	Promover a capacitação de jovens (Nossa Primeira Terra) mulheres (PNCF Mulher) e negros (Terra Negra Brasil) rurais visando o acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário
	5	Dar continuidade à regularização fundiária de imóveis rurais.
	6	Revitalizar rios, lagoas, mares, açudes, mangues e baías para a manutenção dos estoques pesqueiros
	7	Criação de laboratório que estude o bioma caatinga
	8	Incentivar a ampliação e expansão de projetos Agroecológicos
	9	Fomentar a criação e implantação de programa de agentes ambientais em parceria com o CONPAM, SEMACE e municípios com garantia de continuidade;
	10	Diagnosticar, georeferenciar e estimular a recuperação de áreas degradadas com manejo florestal, com ampliação de banco de sementes, viveiros e incentivo a adubação verde e plantio direto

Infraestrutura Básica, Social e Produtiva	1	Implantar infraestrutura de saneamento ambiental e agilizar a conclusão das obras inacabadas de saneamento básico
	2	Incentivar práticas agrícolas de preservação dos recursos hídricos, especialmente as comunidades ribeirinhas
	3	Difundir tecnologias alternativas como energia Eólica, Solar e os biodigestores;
	4	Apoiar projetos para utilização de águas de açudes públicos para a irrigação de propriedades de agricultores de base familiar
	5	Implantação de mini-usinas de compostagem orgânica e bio fertilizantes
	6	Sensibilizar para a extensão de energia elétrica trifásica para o campo, para viabilizar processos produtivos com agregação de tecnologia (irrigação, medidores, etc.)
	7	Ampliação do horário da tarifa de irrigação para o horário diurno
	8	Articular a construção, piçarramento e calçamento das ladeiras, passagens molhadas e pontes das estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais e sistemas de transporte coletivo
	9	Financiar implantação de quintais produtivos para mulheres
	10	Implantar e revitalizar hortos de farmácia viva nos territórios

Produção, Agroindustrialização e Comercialização

1	Apoiar a Implantação de projetos produtivos voltados para segurança alimentar e nutricional
2	Fortalecer as cadeias produtivas: apicultura, caprinocultura, ovinocultura, mandiocultura, leite e derivados, artesanato, fruticultura, cana de açúcar, cajucultura, piscicultura, turismo ecológico e rural, através de investimentos em pesquisa, na produção, no beneficiamento e na comercialização dos produtos.
3	Incentivar o melhoramento genético dos rebanhos de bovinos e ovinocaprinos
4	Apoiar a agricultura familiar e o turismo rural, através da revitalização de mini-usinas de cana de açúcar, mandioca, frutas nativas e revitalização dos engenhos e casas de farinha.
5	Garantir a infraestrutura de feiras municipais, territoriais e estadual para a agricultura familiar;
6	Viabilizar a construção de abatedouros e unidades de beneficiamento, obedecendo rigorosamente as exigências de inspeção sanitária
7	Intensificar as ações voltadas à defesa agropecuária do Estado, ampliando o número de escritórios e equipe técnica.
8	Implementar sistema de certificação de origem e garantia da qualidade de produtos da agricultura de base familiar
9	Isentar ou reduzir as taxas dos produtos da agricultura de base familiar e apoiar a implementação de sistemas de certificação e expedição (SIE, SIM, SIF e SUASA)
10	Viabilizar a implantação de agroindústrias da agricultura familiar

Desenvolvimento Institucional e Gestão Territorial

1	Fortalecer os Colegiados Territoriais e todas as suas instâncias, com ênfase nos núcleos dirigentes, incluindo a estruturação dos mesmos, comunicação e divulgação, capacitação permanente e continuada dos membros e implantação de Sistema Informatizado de acompanhamento, controle e avaliação dos Projetos Territoriais
2	Priorizar os colegiados territoriais como instâncias de planejamento e deliberação de prioridades de políticas públicas para cada Território
3	Apoiar a implementação de projetos priorizados nos PTDRS
4	Incorporar o conceito de dimensão Territorial/Inter setorial com as demais Secretarias do Governo do Estado, implantando políticas públicas de cultura nos territórios
5	Criação de um selo que identifique o artesanato do Território
6	Implementar e efetivar a figura de mobilizadores sociais comunitários como disseminadores dos programas e projetos nos territórios
7	Desenvolver junto com a APRECE um programa de formação para gestores municipais do Território tendo como referência o PTDRS e os Planos Diretores dos municípios
8	Implantar programa de revitalização das nascentes e dos rios nos territórios
9	Capacitar agricultores/as familiares em associativismo e empreendedorismo por ocasião da aquisição do imóvel
10	Identificar a necessidade de construção de novos reservatórios para ampliar a oferta de abastecimento de água visando o consumo humano e projetos de irrigação no território.

4. BREVE ANÁLISE DA REALIDADE RURAL

O PDRSS 2012-2015 está focado no fortalecimento e expansão da emergente, mas ainda incipiente dinâmica de desenvolvimento rural sustentável e solidário, centrada na agricultura familiar cearense e fundamentada nas bases conceituais e nas práticas da agroecologia e da socioeconomia solidária. Para o entendimento da gênese dessa nova dinâmica, bem como dos seus limites e potencialidades estruturais torna-se necessário uma breve análise da realidade rural cearense a luz dos enfoques mais tradicionais e dos novos enfoques do desenvolvimento rural brasileiro. Para tanto se tomou como referência o exposto no PDRS 2008-2011, com as atualizações necessárias e dividiu-se o item em cinco sub-ítem apresentados a seguir: i) o contexto agrário do final do século XX e a emergência dos novos atores do campo; ii) a configuração da ruralidade do Ceará na atualidade; iii) a importância da agricultura familiar no desenvolvimento nacional; iv) o setor agropecuário e a força da agricultura familiar na dinâmica econômica cearense e v) o dimensionamento e os desafios para a superação da pobreza extrema no Ceará rural.

4.1 - O CONTEXTO AGRÁRIO DO FINAL DO SÉCULO XX E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS ATORES SOCIAIS DO CAMPO

A configuração da economia cearense anterior à década de 1960, o debate político pré-64, a opção pela “modernização conservadora” adotada pelos governos militares e a forma de implantação desta política nacional no Ceará, foram assim analisadas no PDRS 2008-2011:

“O desenvolvimento econômico do Ceará esteve até o final da década de 60 vinculado ao dinamismo do setor primário, alicerçado no complexo gado, algodão e culturas alimentares, articulado com a economia canavieira e o extrativismo da carnaúba e da oiticica. O sertão era o pólo mais dinâmico da economia e os sistemas de produção das serras, vales úmidos e do litoral tinham menor expressão no contexto econômico da época. A estrutura fundiária bipolar latifúndio/minifúndio, característica do capital agrário, articulado ao capital agro-industrial e comercial configurava-se como determinante da alta concentração da riqueza e da renda.

Neste período o debate sobre a superação do sub-desenvolvimento do Brasil, do Nordeste e do Ceará passava pela industrialização, pela reforma agrária e a ocupação da Amazônia. Com o advento dos governos militares, a opção pela chamada “modernização conservadora da agricultura brasileira” e a não efetivação da reforma agrária provoca uma forte migração campo-cidade. No Ceará, a migração se dirige inicialmente de maneira mais intensa para outras regiões, especialmente o Sul-Sudeste, mas também para o Centro-Oeste e a Amazônia.

Esta política nacional se implanta no Ceará na forma de enclaves, nos perímetros irrigados e nas regiões mais úmidas, através dos PDRI, bem como dos incentivos fiscais. A implantação da cajucultura e dos pólos de produção de hortaliças são expressões econômicas desse período. O complexo econômico agropecuário e agroindustrial do sertão entra em profunda crise, em decorrência da desestruturação das relações sociais de produção e do esgotamento da base técnica da produção algodoeira, da qual a “praga do bicudo” configura-se como um tiro de misericórdia”. (PDRS 2008-2011 p.9)

Sequenciando este primeiro período, o mesmo documento adotava o período da redemocratização do país, como segundo recorte temporal, assinalando que a discussão do modelo de desenvolvimento nacional retorna a cena política. A reforma agrária entra em pauta novamente, resultando na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). A correlação de forças à época inviabiliza, entretanto, a ampla efetivação do

Plano, mas inicia-se a política de constituição dos assentamentos rurais, que ganha impulso a partir do Governo Itamar Franco.

No Ceará tem início a era dos Governos das Mudanças que vigorou por 20 anos (1986-2006), período em que a agricultura familiar e a reforma agrária tiveram alguma atenção do Estado, mas de modo geral o projeto mudancista, em termos setoriais, priorizou fortemente a industrialização, o turismo e a agricultura irrigada e na dimensão espacial, concentrou os investimentos no litoral e mais especificamente na Região Metropolitana de Fortaleza. A agropecuária de sequeiro e o Sertão foram vistos como setor e região de baixo potencial de desenvolvimento, agravando-se a crise estrutural dos anos anteriores, fortalecendo a perspectiva do esvaziamento econômico e populacional do espaço sertanejo. Estas opções estratégicas de governo foram fundamentais para a rápida e concentrada urbanização da Região Metropolitana provocando a macrocefalia da cidade de Fortaleza frente aos demais centros urbanos do Ceará.

No plano nacional, neste período de quatro décadas (1970-2010), o movimento camponês e o movimento sindical rural afloram inicialmente como protagonistas centrais de uma dinâmica social que se alarga com a organização e participação política das mulheres e da juventude do campo. A vereda aberta foi gradativamente sendo ocupada pela ampla diversidade de sujeitos sociais: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, agroextrativistas, seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco, marisqueiras, moradores de áreas de fundo de pasto, retireiros, torrãozeiros, geraizeiros, faxinalenses, vazanteiros, ciganos, pomeranos, pantaneiros, caatingueiros, caiçaras e cabanados) e povos indígenas. Estes são os sujeitos protagonistas do projeto popular de desenvolvimento rural sustentável e solidário, expressão da idéia do Brasil rural com gente.

No Ceará, o reconhecimento e o fortalecimento desta dinâmica ficou expresso com a criação da SDA e a elaboração e implementação do PDRS 2008-2011. O avanço e a consolidação desta dinâmica é a tarefa principal dos sujeitos sociais do campo, tendo o desafio de combinar a unidade de propósitos, com a valorização da diversidade e das especificidades. Neste sentido, o PDRSS 2012-2015 se apresenta como um documento orientador das ações das forças sociais impulsionadoras desta dinâmica na relação com o Estado, bem como se constitui, sob a liderança da SDA, em uma referência estratégica para a ação de governo no espaço rural cearense.

4.2 - RURALIDADE, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

As concepções teóricas e metodológicas que embasam o DRSS, já apresentadas anteriormente, permitem e exigem um esforço de análise da realidade empírica a partir das fontes de informações disponíveis.

Entretanto é necessário ressaltar que os indicadores mais utilizados por estas fontes, como o PIB e o PIB per capita regionalizado, não são os mais adequados para uma análise mais acurada do ponto de vista do DRSS, mas indicam o grau de dinamização econômica das macrorregiões.

Tabela 1. Evolução do PIB Total e Per Capita no Período 1990 - 2004 por Macrorregião

Macrorregião	1990		2004		Participação	
	PIB Total	PIB	PIB TOTAL	PIB	%Regiões/CE	
		per capita		per capita	1990	2004
Região Metropolitana de Fortaleza	12.203.981	4.073	21.404.752	6.518	62,5	64,4
Litoral Oeste	1.107.443	1.608	1.883.442	2.427	5,7	5,7
Sobral/Ibiapaba	1.350.131	1.830	2.513.191	3.190	6,9	7,6
Sertão dos Inhamuns	528.983	1.328	801.593	1.965	2,7	2,4
Sertão Central	818.236	1.477	1.234.900	2.118	4,2	3,7
Baturité	324.694	1.521	458.158	2.074	1,7	1,4
Litoral Leste/Jaguaribe	1.150.321	1.951	2.088.598	3.328	5,9	6,3
Cariri/Centro Sul	2.027.119	1.683	2.876.038	2.310	10,4	8,6
Ceará	19.510.907	2.643	33.260.672	4.170	100,0	100,0

Fonte: IPECE

No PDRS 2008-2011 foi apresentada a seguinte análise:

“pode-se observar a distribuição espacial do PIB e sua evolução entre 1990 e 2004, destacando-se a forte concentração na Região Metropolitana de Fortaleza. Essa tabela demonstra também o deslocamento interregional da renda, com o esvaziamento do Sertão Central, Cariri e do Maciço de Baturité em favor não só da capital, mas também das regiões de Sobral e do Litoral Leste, onde foram feitos investimentos de vulto tanto em projetos de agricultura irrigada, como de turismo, de acordo com as políticas de desenvolvimento centradas em pólos, adotada pelos governos anteriores. Esse modelo também é altamente concentrador de renda no interior de cada pólo regional.” (PDRS 2008-2011 p.15)

Tabela 2. Variação anual da População no Período 1980-2000 por Macroregião

Macroregião	população (1.000 hab)		% do Total		Varição Anual
	1980	2000	1980	2000	1980/2000
Região Metropolitana de Fortaleza	1.580	2.950	29,9	40,2	3,23
Litoral Oeste	545	720	10,3	9,7	1,4
Sobral/Ibiapaba	574	737	10,9	9,9	1,26
Sertão dos Inhamuns	365	399	6,9	5,4	0,45
Sertão Central	527	564	10,0	7,6	0,34
Baturité	177	210	3,3	2,8	0,86
Litoral Leste/Jaguaribe	518	590	9,8	7,9	0,65
Cariri/Centro Sul	1.003	1.226	19	16,5	1,01
Ceará	5.288	7.431	100,0	100,0	1,72

Fonte: IBGE/Censo 2000 e IPLANCE/Anuário Estatístico do Ceará 1985-87 e 1997

“Deste modo, a dinamização econômica fortemente estimulada pelas políticas de incentivo fiscal concentrada na Região Metropolitana da Fortaleza, combinada com a insuficiente ação de governo nas demais regiões e para a agricultura familiar em particular, promoveu um forte fluxo da população das cidades interioranas para as cidades da Região Metropolitana, especialmente para a capital Fortaleza. Assim a variação anual entre 1980 e 2000 foi de 3,23% nesta macrorregião, frente a uma média estadual de 1,72%. Todas as demais macrorregiões ficaram abaixo da média.” (PDRS 2008-2011 p.17)

Este enfoque foi atualizado com os dados do Censo de 2010, conforme se pode observar na Tabela 3, que trata da evolução populacional nos Territórios de Identidade. Inicialmente vale destacar a redução da variação anual para o conjunto da população do Estado, que passou dos 1,72% nas duas décadas anteriores (1980-2000) para 1,30% do período 2000-2010. Outro dado relevante é a forte redução da variação anual do crescimento populacional observada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que saiu do patamar de 3,23% para apenas 1,69%.

Assim, com a mudança da opção estratégica implementada no Governo Lula (2003 - 2010) de descentralização e interiorização do desenvolvimento por meio das diversas políticas sociais e econômicas, reforçadas pelo Governo Cid (2006-2010), começa haver um incipiente processo de reversão da tendência de concentração populacional na RMF.

No período das duas décadas anteriores todas as demais regiões estavam abaixo da média da RMF, nesta última década o território Vale do Curu/Aracatiagu (1,70%), está acima da média da Região Metropolitana de Fortaleza/José de Alencar e como os territórios Litoral Leste (1,41%), Serra da Ibiapaba (1,32%) e, Sobral (1,36%) está acima da da média estadual (1,30%).

Entretanto, os Territórios do Cariri (1,03%), Litoral Extremo Oeste (1,23%), Sertão Central (0,95%), Maciço de Baturité (0,92%), Sertões de Canindé (0,99%), Vale do Jaguaribe (0,70%), Centro Sul / Vale do Salgado (0,55%) e Sertão dos Inhamuns Crateús (0,33%) ficaram abaixo da taxa de crescimento médio do Ceará.

Em síntese, conclui-se que em nenhum território ocorreu redução absoluta da população, mas verifica-se que toda faixa litorânea e a Zona Norte vem tendo maior crescimento populacional, ou seja, acima da média estadual e todos os territórios sertanejos e o Cariri vem crescendo relativamente menos que os demais territórios.

Outro aspecto interessante de ser analisado é o da ruralidade, baseado no contingente populacional de 50 mil habitantes e densidade populacional de 80 hab/km², que combinados formam as quatro categorias de municípios apresentadas na Tabela 4.

Tabela 3. Variação anual da População no período 2000-2010 por território

Território	População (1.000 hab)		% do total		Variação Anual 2000/2010
	2010	2000	2010	2000	
Cariri	930.841	839.828	11,01%	11,30%	1,03%
Serra da Ibiapaba	295.210	258.973	3,49%	3,50%	1,32%
Litoral Leste	276.056	240.042	3,27%	3,20%	1,41%
Litoral Extremo Oeste	336.304	297.646	3,98%	4,00%	1,23%
Vales do Curu e Aracatiagu	570.908	482.564	6,75%	6,50%	1,70%
Maciço de Baturité	230.523	210.317	2,73%	2,80%	0,92%
Vale do Jaguaribe	375.019	349.776	4,44%	4,70%	0,70%
Região Metropolitana (José de Alencar)	3.487.052	2.949.081	41,26%	39,70%	1,69%
Sertão Central	373.278	339.687	4,42%	4,60%	0,95%
Centro Sul Vale do Salgado	407.568	385.704	4,82%	5,20%	0,55%

Sertões de Inhamuns/Crateús	524.007	506.818	6,20%	6,80%	0,33%
Sertões de Canindé	195.281	176.886	2,31%	2,40%	0,99%
Sobral	450.247	393.339	5,33%	5,30%	1,36%
Total	8452294	7430661	100%	100%	1,30%

Fonte: IBGE/Censo 2010

Tabela 4. Categoria de Município segundo critérios adotados na I CNDRSS

Categoria do Município	Contingente Populacional (nº habitantes)	Densidade Populacional (hab/km ²)	Nº de municípios		%	
			2000	2010	2000	2010
Município de Pequeno Porte e Baixa Densidade Populacional	< 50 mil	< 80	140	129	76,1	70,1
Município de Pequeno Porte e Alta Densidade Populacional	< 50 mil	> 80	20	22	10,9	11,96
Município de Grande Porte e Baixa Densidade Populacional	> 50 mil	< 80	15	20	8,2	10,87
Município de Grande Porte e Alta Densidade Populacional	> 50 mil	> 80	9	13	4,9	7,07
Total			184	184	100	100

Fonte: IBGE/Censo 2000 e 2010

A grande maioria dos municípios cearenses, identificados em número de 129 perfazendo 70,1% continua sendo de pequeno porte e baixa densidade populacional, situando-se basicamente nas áreas de sertão. Os municípios de pequeno porte e alta densidade populacional, 22 (vinte e dois), são característicos das serras e litoral.

Nove territórios, sendo a maioria localizada no Sertão, contam com 20 (vinte) cidades pólos, acima de 50 mil habitantes, mas de baixa densidade populacional (Acopiara, Trairi, Boa Viagem, Granja, Viçosa do Ceará, Tauá, Limoeiro do Norte, Acaraú, Camocim, Morada Nova, Icó, Cascavel, Aracati, Tianguá, Russas, Crateús, Quixeramobim, Canindé, Quixadá, Itapipoca). Nesta categoria ocorreu um acréscimo de 05 (cinco) municípios nesta última década, demonstrando uma dinâmica de crescimento populacional em cidades pólo dos territórios.

Estão localizados na Região Metropolitana de Fortaleza 8 (oito) dos 13 (treze) municípios de grande porte e alta densidade (Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Aquiraz, Maranguape, Maracanaú, Caucaia e Fortaleza) sendo os demais 3(três) no Cariri (Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte), 01 (um) no Centro Sul / Salgado (Iguatu) e 01 (um) no Território de Sobral (Sobral).

Tabela 5. Classificação dos Municípios Segundo Território de Identidade e a Categoria adotada na I CNDRSS

Território de Identidade	Categoria do Município			
	Pequeno Porte e Baixa Densidade	Pequeno Porte e Alta Densidade	Grande Porte e Baixa Densidade	Grande Porte e Alta Densidade
	< 50 hab. < 80 Hab/km ²	< 50 hab. > 80 Hab/km ²	> 50 hab. < 80 Hab/km ²	> 50 hab. > 80 Hab/km ²
Cariri	24	1		3
Serra da Ibiapaba	5	1	2	
Litoral Leste	5	1	2	
Litoral Extremo Oeste	8	1	3	
Vales do Curu e Aracatiaçu	11	5	2	
Maciço de Baturité	5	8		
Vale do Jaguaribe	12		3	
Região Metropolitana				
(José de Alencar)	1	3		8
Sertão Central	11		2	
Centro Sul Vale do Salgado	11		2	1
Sertões de Inhamuns/Crateús	18		2	
Sertões de Canindé	4		2	
Sobral	14	2		1
Ceará	129	22	20	13

Fonte: IBGE/Censo 2010

4.3. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA, A REFORMA AGRÁRIA E O DRSS

A estrutura fundiária, em especial o grau de concentração da terra, é um forte indicador da concentração de riqueza e poder existente na sociedade e a democratização do acesso a terra é um tema central do DRSS. Dois conceitos básicos e complementares são referência para a análise deste tema: o de imóvel rural, adotado pelo Incra e o de estabelecimento, utilizado nos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE.

Para o presente plano procurou-se fazer uma análise articulada entre a estrutura fundiária, a reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável e solidário adotando-se o mesmo procedimento metodológico aplicado no PDRS 2008-2011, conforme descrito a seguir:

“Neste sentido recorreu-se ao cadastro do Incra sobre a situação jurídica dos imóveis rurais em 31/12/2007 (denominada estrutura fundiária original). Estes dados foram atualizados com as informações sobre os assentamentos federais e estaduais até a mesma data, procedendo-se o recálculo das informações originais da seguinte forma: Os assentamentos federais foram considerados imóveis acima de 15 módulos fiscais e, portanto, foram subtraídos da categoria “grande propriedade”. Os assentamentos estaduais foram considerados imóveis entre 04 e 15 módulos fiscais e, portanto, foram subtraídos da categoria “média propriedade. Obteve-se assim uma visão atualizada da estrutura fundiária, buscando evidenciar o efeito democratizante da política de criação de assentamentos rurais, iniciada na década de 80, configurando-se o que poderia ser denominado de “desapropriação por interesse social”. (PDRS, 2008-2011 p. 13)

Tabela 6. Estrutura Fundiária

Categoria	Dados originais				Dados atualizados			
	dez/2007				Julho/2011			
	Nº	%	Área registrada	%	Nº	%	Área registrada	%
Grande propriedade	1.084	0,8	1.520.784	18,5	690	0,5	855,125	8,0
Média propriedade	6.062	4,6	2.110.575	25,7	5.491	4,2	1.835.589	22,3
Pequena propriedade	30.017	22,9	2.932.604	35,7	30.017	22,9	2.932.604	35,7
Minifúndio	93.837	71,6	1.651.696	20,1	93.837	71,6	1.851.896	20,1
Área tradicional	131.000	100	8.215.659	100	130.035	99,3	7.075.014	86,1
Assentamentos federais					394	0,3	885.659	10,5

Assentamentos estaduais					571	0,4	274.986	3,4
Área reformada					965	0,7	1.140.654	13,9
Total geral	131.000	100	8.215.659	100	131.000	100	8.215.659	100

Fonte: INCRA e IDACE - Cálculo SDA

A estrutura fundiária recalculada revela que o Ceará já conta com 965 assentamentos, perfazendo somente 0,74 % do total de imóveis cadastrados. Entretanto o conjunto dos assentamentos já ocupa uma área de 1.140.654 ha, representando 13,88 % da área

total registrada no Incra. Cabe esclarecer que os assentamentos são contados como um único imóvel embora contenham um número grande de famílias assentadas. Por outro lado, observa-se a existência de 93.837 minifúndios, perfazendo 71,63 % do total de imóveis existentes. Estes ocupam uma área de 1.651,696 ha, representando, entretanto somente 20,10% da área registrada. Vale ressaltar que o procedimento de recálculo adotado não reflete a dinâmica de minifundização da estrutura fundiária cearense que está sendo observado no processo de regularização fundiária em curso, que está prevista para ser concluída em 2013.

Estes dados revelam que a constituição dos assentamentos de reforma agrária já impactou em algum grau a estrutura fundiária do Estado, com a redução da área ocupada pelas grandes propriedades em alguns municípios onde esta política foi mais efetiva. Entretanto, a criação dos assentamentos federais e estaduais ainda não foi suficiente para resolver o problema da concentração da terra, atendendo a demanda da grande população rural ocupante dos inúmeros minifúndios existentes, dificultando a implementação de políticas em prol do fortalecimento da agricultura familiar.

Tomando como base o Censo Agropecuário 2006, quando pela primeira vez se adotou para efeito de classificação dos estabelecimentos o conceito de agricultura familiar definido pela Lei 11.326/2006, temos as seguintes informações:

Tabela 7. Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar por área

Categoria segundo a Lei 11.326	Estabelecimentos		Área	
	(em Nº)	(em %)	(em ha)	(em %)
Agricultura familiar	341.510	89,6	3.492.848	44,1
Não familiar	39.504	10,4	4.429.366	55,9
Total	381.014	100,00	7.992.214	100,0

Se por um lado, estes dados confirmam a concentração da terra na mão de pessoas que não são agricultores familiares (10,4 % dos estabelecimentos ocupando 55,9% da área), por outro lado observa-se que aproximadamente de 3,5 milhões de hectares de terra já estão sendo trabalhados pela agricultura familiar, sendo este, de imediato, o potencial fundiário objeto das ações do PDRSS.

Ampliar o percentual de imóveis e estabelecimentos sob gestão da agricultura familiar, desconcentrando a posse da terra, a renda e o poder no campo, por meio da regularização fundiária, do reordenamento agrário, da desapropriação por interesse social e do crédito fundiário é fundamental para a continuidade do processo da reforma agrária e do DRSS.

4.4. A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO ESTADUAL

A agricultura familiar no Ceará é extremamente importante pela sua dimensão populacional em relação ao conjunto da população cearense, e em especial do contingente da força de trabalho economicamente ativa, bem como pelo desafio em termos de superação da condição de pobreza ainda prevalente neste segmento social.

Considerando o contexto estadual, a análise da agricultura familiar exige inicialmente uma visão comparativa do setor agropecuário com os setores da indústria e dos serviços, na perspectiva histórica, conforme tabela a seguir:

Tabela 8. Valor adicionado a preços básicos e estrutura setorial correspondente

Ano	Valor Adicionado a Preços Básicos				Estrutura Setorial do Valor Adicionado a Preços Básicos			
	Total	Agro pecuária	Indústria	Serviços	Total	Agro pecuária	Indústria	Serviços
1986	5,9	-8,0	11,2	6,5	100	14,6	37,4	48,0
1987	3,6	-4,0	6,9	3,3	100	17,2	29,1	53,7
1988	8,8	29,2	6,8	3,3	100	15,4	34,2	50,4
1989	-0,3	-9,7	0,9	1,9	100	11,9	36,2	51,9
1990	1,5	-4,3	2	2,4	100	12,1	33,8	54,1
1991	8,2	29,2	8	3,6	100	11,0	34,0	55,1
1992	2	-16,1	9	1,4	100	10,5	33,3	56,1

1993	0,7	-29,2	6,4	3	100	7,2	35,3	57,5
1994	6,3	73,3	-3,5	3,9	100	12,1	35,5	52,4
1995	1,5	-1,6	0,2	3,1	100	9,7	34,5	55,9
1996	3,9	4,0	3,1	4,4	100	9,6	33,9	56,5
1997	3,6	-21,9	10,6	3,8	100	6,4	38,1	55,6
1998	2,1	-22,6	7,6	1,2	100	5,6	40,1	54,3
1999	1,7	2,0	1,2	2	100	5,7	39,3	55,1
2000	4	5,5	5,1	3,1	100	6,1	38,1	55,9
2001	-1,1	-13,9	-3,8	2,1	100	5,2	37,0	57,8
2002	2,7	25,3	1,4	1,6	100	7,15	22,67	70,18
2003	1,6	6,56	-0,24	1,68	100	8,39	21,76	69,85
2004	4,82	-10,63	11,9	4,48	100	7,08	25,13	67,79
2005	2,7	0,49	-1,17	4,37	100	6,01	23,07	70,92
2006	7,9	35,3	5,17	6,46	100	7,26	23,52	69,22
2007	2,93	-16,33	4,24	4,51	100	6,19	23,57	70,24
2008	8,24	25,53	5,72	7,56	100	7,06	23,61	69,33
2009	3,5	-9,0	1,1	5,6	100			
2010	7	-8,1	9,7	7,5	100			

Fonte: IBGE e IPECE.

(* Os valores de 2009 e 2010 são dados preliminares, baseados nas contas trimestrais, sujeitos a alterações.

O comportamento da taxa de crescimento do valor agregado da agropecuária permite visualizar a forte variação que ainda existe, pois na série de 25 anos, observa-se 14 ocorrências negativas em decorrência da dependência do setor das condições climáticas, combinadas com fatores macroeconômicos. Outra análise que se depreende desta visão histórica é a tendência de redução da participação do setor agropecuário frente aos setores da indústria e especialmente dos serviços. O maior valor (17,2%) é observado em 1987 e o menor índice (5,2%) ocorre em 2001, estabilizando-se na faixa de 6,0% a 8,0%. Vale ressaltar que esta situação é resultado de opções políticas estratégicas, em especial a “modernização conservadora” dos governos militares e o “industrialismo fabril e turístico espacialmente concentrado” dos “governos das

mudanças”, conforme tratado no item 4.1.

Dimensionado sinteticamente o setor agropecuário no contexto econômico cearense, a análise pode ser focada na diferenciação interna deste setor, tendo por base o conceito e caracterização da agricultura familiar segundo a Lei 11.326 de 2006. Esta análise somente é possível devido aos estudos mais recentes que consideram este recorte no levantamento e sistematização das informações empíricas. As iniciativas já são resultado do protagonismo político da agricultura familiar e denotam a superação da sua invisibilidade social e do reconhecimento crescente da sua importância pela sociedade brasileira.

Neste sentido, para o PDRSS 2012-2015 lançou-se mão do estudo, publicado em 2009, denominado “A Participação da Agricultura Familiar no PIB Ceará”, realizado pela FIPE por meio de uma iniciativa da SDA, Instituto Agropolos e Banco do Nordeste, fazendo-se uma síntese apresentada a seguir.

O PIB da Agricultura Familiar adota o conceito de complexo agroindustrial, que tem procurado dar um tratamento abrangente para as atividades voltadas para a produção de bens e serviços de origem agropecuária envolvendo, além da agropecuária propriamente dita, as atividades a montante (antes da fazenda) e a jusante (depois da fazenda), pois estas atividades tendem a ser extremamente interdependentes do ponto de vista econômico, social e tecnológico. Em suma, este indicador resulta da soma de quatro agregados principais: insumos, agropecuária, indústria e distribuição.

Tomando como referência este documento pode-se verificar, para o período entre 2002 a 2007, uma redução da participação tanto do agronegócio da agricultura familiar quanto da patronal, frente aos demais setores, ficando o PIB da agricultura familiar na faixa de 12%, confirmando o diagnóstico anterior.

O estudo avança no detalhamento da magnitude dos sistemas de produção das culturas e das criações na formação do agronegócio familiar e patronal e mostra que as lavouras são mais importantes para os dois segmentos, entretanto o complexo agropecuário é menos representativo para o agronegócio familiar, com destaque para o gado de leite, caprinos e suínos.

Outro aspecto interessante apresentado por este estudo diz respeito às quantidades percentuais relacionadas aos quatro agregados componentes dos dois complexos analisados, evidenciando que o agregado “agropecuária” é bem mais expressivo no complexo agrícola familiar do que no patronal. O inverso ocorre com o agregado “indústria”.

Um terceiro aspecto destacado é a participação familiar na produção dos principais produtos agrícolas (Figura 3). Com destaque para as culturas alimentares como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, mas também em culturas como o algodão, o fumo, o café e a cana, bem como na produção de frutas. A expressiva participação no total da produção agrícola do Ceará, acima de 60%, é um importante indicador da força da

agricultura familiar cearense no contexto local e nacional.

de propriedades familiares no Ceará, sendo que o Inverso, tons mais escuros (esverdeados), estão relacionados às propriedades patronais.

Quadro 3.2 Participação familiar na produção dos principais produtos agrícolas rurais do Ceará no período de 2002 a 2007, em valores percentuais.

Cultivo	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Arroz	74	70	71	71	65	64
Feijão	80	78	80	81	83	82
Milho	80	80	79	80	80	81
Soja	0	0	0	0	0	0
Cana	39	40	39	38	32	42
Café	47	45	45	48	47	48
Mandioca	79	80	80	80	80	78
Algodão	67	64	63	63	62	70
Fumo	88	84	83	84	88	90
Frutas	55	53	53	54	55	55
Outras Culturas	62	59	57	59	61	52
Total	66	66	62	63	65	62

Fonte: Dados de pesquisa Instituto Agropólis/FIPE

Também fruto do reconhecimento político e legal da agricultura familiar pelo Estado brasileiro, pela primeira vez na história o IBGE adota este recorte e lança, em 2009, o Censo Agropecuário 2006 - Agricultura Familiar - Primeiros Resultados conforme já assinalado anteriormente. Deste modo pode-se avançar na análise da agricultura familiar no contexto cearense.

Traçado o painel da dimensão econômica da agricultura familiar, trata-se agora de apresentar as informações mais relevantes na dimensão demográfica e das relações sociais.

Tabela 9. Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12, por sexo, segundo a agricultura familiar - Ceará - 2006

Categoria segundo a Lei 11.326	Homens		Mulheres		Total
	(em Nº)	(em %)	(em ha)	(em %)	
Agricultura familiar	674.651	82,8	294.350	88,8	969.001
		69,2		30,4	

Não familiar	139.797	17,2	37.187	11,2	176.984	15,4
		79,0		21,0		100,0
Total	814.448	100,0	331.537	100,0	1.145.985	100,0
		71,1		28,9		100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O pessoal ocupado na agricultura familiar forma um contingente de 969.001 pessoas e corresponde a 84,6% do total de 1.145.985 habitantes recenseados na condição de ocupado no campo, cabendo ao setor não familiar os restantes 15,4%, referente ao contingente de 176.984 pessoas ocupadas na atividade agropecuária.

Do ponto de vista das relações de gênero, a proporção numérica entre homens e mulheres ocupadas na agricultura familiar é de aproximadamente 2:1 (69,2% e 30,4% respectivamente). Considerando o debate sobre trabalho produtivo e reprodutivo, na sociedade e em especial na agricultura familiar, pode-se questionar esta proporção, pois o número de mulheres ocupadas possivelmente está subestimado, considerando que o contingente de mulheres na população rural cearense é de 48,3%, segundo censo IBGE 2010.

Partindo da visão do potencial da agricultura familiar, os dados da tabelas 10 permitem que se observe que é no expressivo contingente de agricultores familiares com acesso precário à terra que certamente se concentra a população na condição de extrema pobreza, constituindo-se no público do Plano Brasil Sem Miséria e dos Programas de Reforma Agrária e de Reordenamento Fundiário.

Tabela 10. Condição do produtor familiar em relação à terra (acesso consolidado / acesso precário)

Condição do Produtor Familiar	Estabelecimento		Área	
	Nº abs.	%	Em ha	%
Proprietário	163.806	48,0	2.796.983	80,1
Assentado sem titulação definitiva	11.747	3,4	189.804	5,4
Subtotal com acesso consolidado	175.553	51,4	2.986.787	85,5
Arrendatário	40.334	11,8	144.319	4,1
Parceiro	36.486	10,7	97.004	2,8
Ocupante	51.781	15,2	264.738	7,6

Produtor sem área	37.356	10,9	0	0,0
Subtotal com acesso precário	165.957	48,6	506.061	14,5
Total agricultura familiar	341.510	100,0	3.492.848	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Cálculos: SDA.

Relacionando os dados de pessoal ocupado e condição do produtor familiar temos os indicadores no Quadro 2.

Quadro 2. Indicadores de pessoal ocupado e área média por estabelecimento

Indicador		Agricultura familiar	Não familiar	Total
Estabelecimento	Nº total	341.510	39.504	381.014
Pessoal ocupado (nº abs)	Total	969.001	176.984	1.145.985
	Média/estab.	2,84	4,48	3,01
Área (ha)	Total	3.492.848	4.429.366	7.922.214
	Média/estab.	10,23	112,12	20,79
	Média/pessoa	3,60	25,03	6,91

Deste quadro se destaca o diminuto tamanho dos estabelecimentos da agricultura familiar, 10,23 ha em média, absorvendo 2,8 pessoas, em média, cabendo a cada pessoa ocupada cerca de 3,60 ha, área incapaz de proporcionar condições de desenvolvimento econômico levando-se em conta os padrões tecnológicos prevalentes, especialmente no semiárido.

4.5. A POBREZA EXTREMA NO CEARÁ RURAL: DIMENSIONAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O tema da pobreza extrema entrou para a agenda nacional pelas mãos da Presidenta Dilma Rousseff, com o lançamento do **Programa Brasil Sem Miséria (PBSM)**, iniciativa formulada com a missão de mobilizar o país na luta pela erradicação desta chaga social que atinge 16,2 milhões de brasileiros por meio das ações de garantia de renda, de inclusão produtiva e de acesso aos serviços públicos.

O PDRSS 2012 - 2015 incorporou este desafio e esta missão de forma orgânica e para tanto, neste item procurou-se expor o dimensionamento da extrema pobreza rural no Ceará, contextualizando-a no escopo maior a que se refere o PBSM.

No primeiro momento procurou-se relacionar a pobreza extrema com o porte dos municípios no panorama nacional, para relacionar com os elementos da territorialidade e da ruralidade apresentados no item 3.2.

Tabela 11. População total e população em extrema pobreza, segundo municípios por porte populacional, Brasil - 2010

Municípios por porte populacional - Brasil	População total		População em extrema pobreza total	
	Número	%	Número	%
Até 20 mil habitantes	32.660.247	17,1	5.025.205	30,9
De 20 a 50 mil habitantes	31.344.671	16,4	4.766.203	29,3
De 50 a 100 mil habitantes	22.314.204	11,7	2.312.860	14,2
De 100 a 500 mil habitantes	48.565.171	25,5	2.198.374	13,5
De 500 mil a 1 milhões de habitantes	15.711.100	8,2	604.078	3,7
Acima de 1 milhão de habitantes	40.160.406	21,1	1.360.477	8,4
Total	190.755.799	100,0	16.267.197	100,0

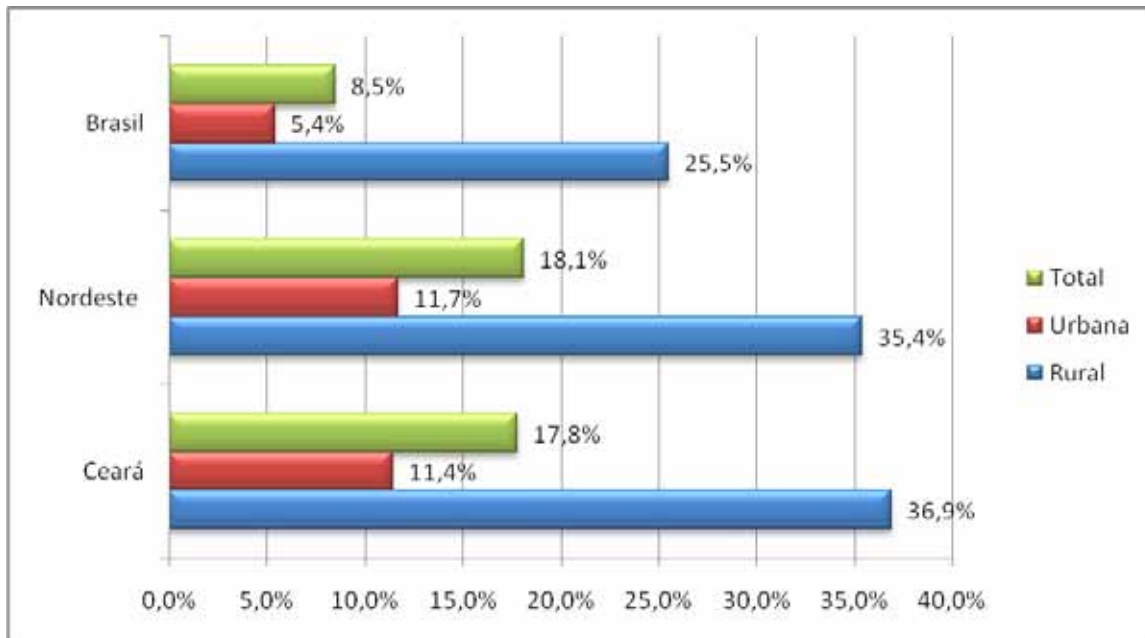
Fonte: MDA e IBGE, Censo 2010

Este quadro demonstra de forma muito expressiva que a extrema pobreza, em números absolutos, está concentrada nos municípios de pequeno porte até 50 mil habitantes, totalizando aproximadamente 9,8 milhões de pessoas e perfazendo 60,2% do total de 16,2 milhões de brasileiros nesta condição. Embora não tenhamos esta informação detalhada ao nível estadual, certamente esta situação se reproduz no Ceará.

Considerando o mesmo critério do MDS, renda familiar mensal *per capita* de R\$ 70,00, como linha de miséria, o IPECE lançou o Informe Nº 09, de junho de 2011 - A Caracterização da Extrema Pobreza no Estado do Ceará, do qual foram selecionadas as principais informações que se seguem.

Sinteticamente cabe registrar que o Ceará é o 7º Estado brasileiro com maior incidência de pobreza extrema, atingindo 17,78% da população, em um ranking que vai de 25,72%, observado no Maranhão, até 1,64%, mais um destaque positivo de Santa Catarina. Em números absolutos este percentual representa um contingente de 1.502.924 pessoas da população total de 8.452.381 cearenses.

Trazendo o foco para o Ceará, tem-se a Figura 4 - que desdobra o percentual de 17,8% para o rural e o urbano, em comparação com o Nordeste e o Brasil.



Fonte: IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: IPECE

Para o PDRSS 2012 - 2015 cabe registrar que o desafio a ser enfrentado concentra-se no rural, com os 36,9% da sua população encontrando-se em situação de extrema pobreza.

Direcionando o foco para o segmento dos extremamente pobres e considerando os temas: população, educação e condições das moradias particulares, foram selecionados os seguintes indicadores para o Ceará.

Estes indicadores permitem uma visão de conjunto do desafio para a superação da extrema pobreza no Ceará, ressaltando que para todos os indicadores selecionados a situação rural é mais dramática do que a urbana, cabendo ao PDRSS um papel fundamental na melhoria desses indicadores.

Neste sentido vale ressaltar que o ponto de partida é o crescente reconhecimento da agricultura familiar pelo estado e pela sociedade, que se expressa nas políticas públicas e na legislação específica, destacando-se a Lei da Agricultura Familiar; o Programa Nacional de Habitação Rural; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Garantia-Safra; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dentre outros. Constata-se ainda a construção da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPMAF), bem

como a adequação do Sistema de Vigilância Sanitária e a efetivação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária- SUASA. São destaques ainda Educação do Campo, a titulação conjunta da terra para homens e mulheres e a política de previdência social para os segurados especiais. Cabe agora aos governos, nas três esferas de poder, reorientar estas políticas e criar outras, se necessário, para atender, a partir da busca ativa, esta população que ainda não conseguiu acessá-las, para avançarmos no desenvolvimento do nosso povo e tornarmos o Brasil um país sem miséria.

5. OS MACROPROCESSOS ESTRUTURANTES DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO: BALANÇO E PERSPECTIVAS

No PDRS 2008-2011, procurou-se evidenciar que o contraponto à grave crise do agro cearense do final do século XX, foi a emergência de uma importante, mas ainda incipiente dinâmica de desenvolvimento rural sustentável, centrada na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar, em bases agroecológicas e solidária.

Explicitou-se ainda, que esta dinâmica era resultado de uma crescente organização social, econômica e política dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, apoiada por diversos setores urbanos aliados, tendo sido identificados 05 (cinco) macroprocessos estruturantes capazes de dar continuidade e aprofundar esta dinâmica. São eles: 1 - Territorialização do Espaço Rural; 2 - Descentralização do Sistema Estadual da Agricultura; 3 - Redefinição e Aprimoramento do Marco Legal e Regulatório; 4 - Construção da Estratégia Operacional para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária no Campo; e, 5 - Elementos para a Construção de uma Política de Gestão e Controle Social do PDRS.

Entretanto, o desenvolvimento apresenta constantemente novos desafios, sendo importante que se *“recolha o essencial das lições anteriores, apontando para uma abertura de diálogo com os novos atores que vêm aparecendo no cenário rural como concorrentes para o uso de recursos cada vez mais escassos (setores urbanos em expansão, indústria, comércio, turismo, ambientalistas, etc.)”* (FAO, 2006, p. 3). Neste sentido foi organizado este item que trata do balanço e das perspectivas dos macroprocessos estruturantes desta nova dinâmica que o PDRSS 2012-2015 pretende fazer avançar e consolidar.

5.1. TERRITORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

O processo de territorialização do espaço rural brasileiro vem sendo resgatado e aprofundado como tema relevante, desde 2003, ano em que foi criado pelo Governo Federal o **Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT**, para tanto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, secretaria esta responsável pela implementação do programa. O programa iniciou com 60 territórios rurais, e atualmente conta com 164 territórios de identidade integrantes do PRONAT.

A abordagem territorial utilizada nestes territórios vem sendo fundamental para a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com destaque para a valorização dos espaços rurais, principalmente nos pequenos municípios do Brasil, haja vista, que 80% dos municípios brasileiros, têm população inferior a 50 mil habitantes e densidade demográfica com menos de 80 hab/km², portanto, considerados municípios rurais. Neste contexto, destacamos a realização da **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário** “*Por um Brasil Rural com Gente - Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade*” - I CNDRSS, em 2008, debatida com mais de 30.000 lideranças de todos os territórios rurais apoiados, momento em que resgatou e aprofundou o debate sobre a importância do rural como espaço essencial para o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social. Ressalta-se a contribuição da I CNDRSS para a elaboração do documento sobre a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) no final de 2010.

Quatro áreas de resultados dão sustentáculo à abordagem territorial: o fortalecimento da gestão social, o fortalecimento das redes sociais de cooperação, a dinamização econômica dos territórios rurais e a articulação de políticas públicas. Como instrumentos para o alcance destes resultados estratégicos, os territórios contam com os **Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS** e os **Colegiados de Desenvolvimento Territorial- CODETER**.

No Ceará, a estratégia territorial tomou maior corpo a partir de 2007, momento em que a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, começa a coordenar esta estratégia, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial - CODET, em parceria com a SDT/Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário Ceará - DFDA-CE e o Instituto Agropolos. Um momento marcante deste macroprocesso é o estabelecimento do **Pacto Social pela Territorialização do Ceará**, assinado em fevereiro de 2009 envolvendo instituições e organizações comprometidas com esta temática como Instituto Agropolos do Ceará, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Banco do Nordeste.

Um ponto de destaque nesta política é o estabelecimento do “ciclo da gestão social do desenvolvimento territorial” (MDA/SDT 2005b), composto dos seguintes processos: i) Sensibilização e Mobilização; ii) Planejamento; iii) Organização; iv) Controle Social. Tomando como base estes elementos, pode-se afirmar que o Ceará é um dos destaques nacionais em termos de territorialização.

A intensa sensibilização e mobilização resultante deste Pacto Social, baseado no conceito de “Territórios de Identidade” resultou na completa territorialização do espaço rural cearense, tendo sido instituídos pelas organizações locais e referendados pelo CEDR, 13 (treze) territórios. Deste conjunto, 7 (sete) são coordenados pelo Governo Federal, sendo 6 (seis) inseridos no Programa Territórios da Cidadania - PTC (1 - Inhamuns Crateús, 2 - Sertão Central, 3 - Vales do Curu e Aracatiáçu, 4 - Sertões de Canindé, 5 - Cariri e 6 - Sobral) e 1 (um) é integrante do PRONAT (7 - Maciço de Baturité). Os demais contam com apoio direto da SDA em parceria com o Governo Federal (8 - Litoral Extremo Oeste, 9 - Metropolitano/ José de Alencar, 10 - Centro Sul e Vale do Salgado, 11 - Chapada da Ibiapaba, 12 - Litoral Leste e 13 - Vale do Jaguaribe).

Em termos de planejamento, os esforços foram dobrados, tendo sido elaborados 13 (treze) Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) expressando o esforço de planejamento estratégico a partir da base da sociedade, em especial a agricultura familiar. A

construção do PTDRS permitiu que se fizesse uma análise das fragilidades e das potencialidades e das diversas oportunidades que se apresentam para uma ação conjunta e da realidade atual e sobre o futuro desejável dos territórios. Outra iniciativa importante na área do planejamento diz respeito à elaboração dos Planos Safra Territoriais, que necessitam ser melhor elaborados e dinamizados no que diz respeito à execução, monitoramento e avaliação.

No que diz respeito à organização, destaca-se a montagem das estruturas organizacionais para a gestão compartilhada representada pelas treze Plenárias Territoriais, compostas de no mínimo 50% da sociedade civil e no máximo 50% integrantes do poder público (orientação do Condraf), congregando, em média, 100 representantes dos mais diversos setores da sociedade civil e das três esferas de governo, configurando-se como um dos mais avançados sistemas de controle social das políticas públicas de desenvolvimento. Cada uma das Plenárias escolhe um Núcleo Dirigente, que é apoiado por um Núcleo Técnico e um Assessor Territorial. Completa esta estrutura organizacional de controle social os Temáticos e Setoriais. Na coordenação geral das políticas de territorialização destacam-se ainda o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), o Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania (CAE) e o Grupo de Trabalho pela Territorialização (GTT).

5.2. DESCENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE AGRICULTURA

Conforme assinalado no PDRS 2008-2011, a descentralização da gestão das políticas públicas pelo Estado brasileiro vem sendo gradativamente implementada, tendo como referência o Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando, entretanto que esta discussão no âmbito das políticas agrárias é recente e as práticas são incipientes.

O macroprocesso delineado consistia na ampliação do Sistema Estadual de Agricultura (SEA), liderado pela SDA, contando ainda com o CEDR, as instituições vinculadas: Ematerce, Idace, Ceasa e Adagri e o Instituto Agropolos, organização social de apoio. Esta medida consistia na integração das cerca de 110 Secretarias Municipais de Agricultura ou congêneres ao sistema, o incentivo à criação deste tipo de institucionalidade nos pouco mais de 70 municípios que não contavam com nenhum órgão municipal nesta área e a articulação das novas institucionalidades territoriais que estavam sendo criadas, cabendo ao Comdetec o papel de articulação institucional das institucionalidades nos níveis municipal e territorial.

Evidenciou-se, ainda naquele documento a conexão deste macro-processo com o anterior destacando-se o desafio da revitalização, ampliação e fortalecimento institucional das instâncias de concertação e controle social do novo SEA e da continuidade ou retomada do processo de planejamento participativo nos diversos níveis do sistema. Denotava-se atenção especial a esfera municipal, com foco nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) ou dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e na elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) e de Planos Safra Municipais (PSM).

Por fim, neste macroprocesso, registrava-se a importância da fase preparatória da I CNDRSS e a regulamentação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Animal (SUASA).

Fazendo o balanço da Descentralização do SEA, um primeiro aspecto a se destacar é a ampliação das estruturas municipais envolvidas com o desenvolvimento rural e com a agricultura familiar. O Comdetec registra atualmente 84 secretarias municipais integradas no processo, observando-se também uma maior cobertura local do serviço de ATER. O esforço de planejamento integrado entre os níveis municipal, territorial e estadual foi bastante efetivo, mas ainda está muito aquém das necessidades. O fortalecimento dos CMDS e do SUASA avançaram pouco e continuam como desafios deste macroprocesso para os anos vindouros.

5.3. REDEFINIÇÃO E APRIMORAMENTO DO MARCO LEGAL E REGULATÓRIO

No processo de elaboração do PDRS 2008-2011 ficou patente que a consolidação de uma nova dinâmica de desenvolvimento rural no Ceará, alicerçada na agricultura familiar necessitava de um ambiente institucional adequado e para isto se fazia necessário a redefinição e o aprimoramento do marco legal e regulatório, aproveitando-se a oportunidade do novo contexto político, focando-se nas seguintes medidas: i) extinção do Fundo de Desenvolvimento do Agronegócio (FDA), com a concomitante criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), ii) criação da Lei de (Regulamentação e Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar e iii) Lei de Tratamento Tributário Diferenciado da Agricultura Familiar.

Os avanços deste macroprocesso são evidentes, destacando-se a criação, em 2008, do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), substituindo o Fundo Rotativo de Terras e o Fundo de Desenvolvimento do Agronegócio (FDA).

Entretanto, na sua regulamentação e operacionalização diversos entraves foram observados, demandando muito tempo até o seu início de funcionamento efetivo, que só ocorreu em 2011. No momento o FEDAF está apto para financiar o cultivo de hortaliças, flores e plantas medicinais, a irrigação sustentável de aluviões, a irrigação com energia solar e energia eólica, os quintais produtivos, o apoio para a comercialização em feiras, a ovinocaprinocultura, apicultura e a agroindústria familiar. Na prática o recurso do Governo Estadual é repassado, através de uma instituição financeira, ao agricultor familiar, cabendo à SDA a coordenação e a realização dos convênios com as instituições parceiras e a contratação com os beneficiários.

A segunda medida indicada neste macroprocesso, a criação da Lei de Regulamentação e Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar foi efetivada em 28/08/2010, sendo o selo da agricultura familiar o instrumento prático que identifica e garante os produtos da agricultura familiar cearense. A meta é agregar valor à agricultura familiar, que vem investindo cada vez mais na qualidade e na padronização dos seus produtos para aumentar a competitividade e conquistar mais espaços no mercado convencional, bem como atender às exigências dos programas de compras governamentais, das redes de comercialização solidária e da sociedade em geral.

A Lei de Tratamento Tributário Diferenciado da Agricultura Familiar, terceira medida assinalada no PDRS 2008-2011, foi instituída em 21 de dezembro de 2009.

As conquistas e avanços obtidos com a implementação do PDRS 2008-2011, as novas demandas da sociedade agrária cearense e as dinâmicas nacionais pós I CNDRSS apontam para três novas medidas em termos de marco legal e regulatório.

A primeira delas é o desafio da elaboração da Política de Desenvolvimento do Ceará Rural (PDCR), como desdobramento do processo desencadeado pelo Condraf em 2010, de construção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR).

Do desdobramento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), tem-se a segunda iniciativa de marco legal para o próximo período, que é a elaboração da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER).

A terceira medida em termos de redefinição e aprimoramento do marco regulatório diz respeito à ação fundiária do Estado do Ceará. O avanço da regularização fundiária, por meio da parceria Incra/Idace, combinado com a existência de restrições legais no plano

federal dificultando o avanço dos processos de desapropriação por interesse social pelo Incra, evidenciou o reordenamento agrário, atribuição constitucional do Idace, como demanda da sociedade, apresentada pelos movimentos sociais e sindical do campo. Assim a estruturação de um Programa de Reordenamento Fundiário em parceria com o Governo Federal foi incorporado como uma das ações da Diretriz “Terra para Todos”, do DPG. Atualizar a legislação agrária estadual apresenta-se, portanto como elemento fundamental deste macroprocesso.

Além destas 3 medidas, no “DPG” foram apontadas as seguintes proposições em termos do marco legal:

- Criação da Lei Estadual do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária;
- Regulamentação da Lei Estadual nº 13.523/2004, que criou o Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica;
- Regulamentação do Fundo de Eletrificação Rural para Irrigação (FERPI);

5.4. INOVAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO DRSS NO CEARÁ: ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E O FORTALECIMENTO DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO CAMPO

O PDRS 2008-2011 identificou a construção de uma estratégia operacional fundamentada nas concepções e práticas da agroecologia e da socioeconomia solidária como o quarto macroprocesso estruturante da nova dinâmica de desenvolvimento rural do Ceará. A SDA elaborou uma proposta inicial para ser trabalhada como piloto, no âmbito do Programa Oleaginosas do Ceará para a Produção de Biodiesel e um documento mais geral denominado “Estratégia Operacional para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária” que deveria ter sido discutido e aprovado pelo CEDR.

Fazendo uma análise deste macroprocesso, constata-se que o caminho apontado não foi trilhado, mas observam-se alguns avanços nas duas temáticas foco da estratégia operacional em tela.

O incipiente avanço deste macroprocesso ficou evidente durante as discussões para elaboração do documento “DPG” da candidatura Cid Gomes 2010, tendo este sido contemplado na “Diretriz 3 - Transição Agroecológica para Convivência com o Semiárido: Desenvolvimento de mecanismos de incentivo à produção agroecológica, para reverter os impactos socioambientais e econômicos de artificialização dos agroecossistemas” e na “Diretriz 7 - Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas, Produtivas, Sociais e Ambientais”. No “DPG” este tema foi tratado em pelo menos três Programas Intersetoriais a saber: Programa Territórios de Inovação, Programa de Convivência com o Semi-árido e Programa de Zoneamento Agroecológico.

Ressalte-se que todas estas idéias foram retrabalhadas no processo de elaboração participativa do PDRSS e do PPA, tendo sido definido as seguintes atividades na categoria “Proposta de Ação Prioritária e Inovadora” (PAPI): Capacitação em Gestão de Projetos Associativos, Irrigação na Minha Propriedade e Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido Cearense para o Público do Garantia Safra.

Para o PDRSS 2012-2015 optou-se por uma visão mais ampliada deste macroprocesso, passando este a denominar-se “Inovações para a Construção do DRSS no Ceará”.

5.5. CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO PDRSS

Quando da elaboração do PDRS 2008-2011, os participantes do Encontro Estadual apontaram um conjunto de 21 (vinte e um) elementos para a construção de uma Política de Gestão e Controle Social do plano. A rigor, a política não foi construída de forma sistematizada e institucionalizada, no seu conjunto, mas muitos dos elementos foram colocados em prática e institucionalizados no seu âmbito de abrangência. Por outro lado alguns elementos necessitam de maior tempo de maturação e sua consolidação é parte da construção de um processo de gestão e controle social do PDRS, e os resultados devem ser obtidos em um período mais extenso..

A - Elementos que mais avançaram

- Acompanhar e fiscalizar através do conselho territorial com representantes do CMDS, fórum dos secretários municipais e participação efetiva dos delegados do PDRS, revendo sua composição com representação paritária entre os sindicatos/movimentos sociais/governo/pastorais sociais;
- Realizar seminários/Fóruns periódicos de planejamento estratégico, para avaliação das metas no território com a participação das três esferas governamentais, ONG, entidades associativas, sindicatos, movimentos sociais e igrejas;
- Democratizar o acesso às informações, transparência de aplicação dos recursos públicos, com divulgação pelos meios de comunicação, internet, e garantir representante por território no CEDR e outros conselhos;

- Criar e fortalecer os colegiados gestores territoriais e municipais. (Conselho de Desenvolvimento Territorial - CDT, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR Comissão de Instalações das Ações Territoriais -CIAT);
- Fortalecer os fóruns dos secretários municipais de agricultura;
- Garantir a representação dos territórios nos Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural;
- Viabilizar o acompanhamento pelos territórios das ações definidas no plano de desenvolvimento participativo;
- Criar conselhos estadual e territoriais de acompanhamento e monitoramento analisando os indicadores das propostas e ações do plano de governo;
- Criar Fóruns territoriais semestrais de avaliação/monitoramento das políticas prioritárias para a região com a participação dos movimentos sociais, dos delegados que participaram da elaboração do PDRS,

B - Elementos que devem ser consolidados

- Acompanhar a execução das ações desenvolvidas pelo PDRS através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS);
- Disponibilizar o PPA na internet;
- Fortalecer o CEDR para que possa atuar na formação, reestruturação e qualificação dos CMDS;
- Fortalecer e empoderar os CMDS/CIAT (Comissão de Instalação de Atividades Territoriais - Comitê Gestor), ampliando as suas competências;
- Discutir uma forma de efetivação dos delegados do PDRS;
- Orçamento participativo;
- Fortalecer os fóruns dos assentados;
- Criar um mecanismo de comunicação sistemática da Secretaria de Desenvolvimento Agrário com os municípios - Delegados(as) e Secretários(as);
- Criar mecanismos de capacitação continuada para os conselhos municipais existentes.

6. METAS 2012-2015

Através dos Programas do PPA 2012-2015 (Anexo 8), as demandas dos territórios, que foram organizadas em eixos temáticos e priorizadas na Plenária deverão ser contempladas, sendo estabelecidas as seguintes metas:

Objetivo: Incentivar o plantio para fomentar a atividade agrícola de base familiar e garantir uma renda mínima em caso de perda de Safra.

Meta

Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra

Adquirir e distribuir 24.676 toneladas de sementes

Beneficiar 350.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas

Objetivo: Apoiar as cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar, com a utilização de técnicas de proteção ambiental

Meta

Beneficiar 2.800 agricultores(as) familiares do setor da mandiocultura

Beneficiar 19.287 agricultores(as) familiares do setor da cajucultura

Beneficiar 151.332 agricultores(as) familiares com implantação de oleaginosas em 302.665 hectares de oleaginosas

Recuperar 46.500 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa

Objetivo: Apoiar as cadeias produtivas prioritárias da pecuária de base familiar com assistência técnica, implantação de estruturas produtivas e realização de eventos promocionais do setor agropecuário

Meta

Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura

Beneficiar 870 produtores da ovinocultura

Beneficiar 730 produtores da caprinocultura

Beneficiar 2.350 apicultores

Objetivo: Implantar projetos produtivos de irrigação por meio da estruturação hidráulica e energética para aumentar a produção com competitividade

Meta

Beneficiar 16.581 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação

Implantar 5.527 projetos produtivos de irrigação

Implantar 3.400 medidores horosazonais

Objetivo: Realizar ações de classificação e análise em produtos de origem vegetal para determinar sua qualidade com base nos padrões físicos e descritivos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Meta

Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal

Objetivo: Implementar tecnologias alternativas de convivência com o semiárido junto às comunidades rurais de agricultores(as) familiares, para a sustentação dos agroecossistemas, equilíbrio dos recursos naturais, promovendo a melhoria socioeconômica das famílias

Meta

Implantar 22.315 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido

Beneficiar 17.151 famílias através da implantação das

Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido

Implantar 1.000 projetos beneficiando 3.000 famílias com Mandalla

Objetivo: Implementar ações de apoio técnico e socioproductivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares.

Meta

Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais

Implantar 8.000 quintais produtivos

Beneficiar 360.000 agricultores(as) familiares com recursos do PRONAF

Implantar 1.000 projetos produtivos e de sustentabilidade ambiental

Objetivo: Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar

Meta

Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas

Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias

Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido

Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).

Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.

Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento

Objetivo: Disponibilizar espaços físicos adequados para a comercialização de produtos hortigranjeiros, permitindo o escoamento da produção e o abastecimento dos municípios e Estado.

Meta

Comercializar 2.456.000 toneladas de produtos hortigranjeiros

Objetivo: Desenvolver ações de defesa agropecuária para erradicar, prevenir e controlar doenças dos animais e doenças e pragas dos vegetais, em todo Estado do Ceará

Meta

Vacinar 90% do total dos rebanhos bovinos e bubalinos contra a febre aftosa

Objetivo: Dar suporte financeiro para os projetos produtivos visando o fortalecimento da Agricultura Familiar

Meta

Beneficiar 986 agricultores (as) familiares com crédito FEDAF

Objetivo: Implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para agricultores(as) familiares visando apoiar o desenvolvimento nos 13 territórios rurais.

Meta

Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais

Construir 05 miniusinas de álcool

Objetivo: Realizar a regularização, reordenamento e redistribuição fundiária dos agricultores (as) familiares, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Meta

Cadastrar, georreferenciar e regularizar 32.000 imóveis rurais.

Titular 51.709 posses de imóveis rurais.

Reconhecer 21.580 domínios de imóveis rurais.

Objetivo: Adquirir produtos dos agricultores(as) familiares cearenses para distribuí-los às famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, contribuindo para o combate à fome e à pobreza rural.

Meta

Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite em 180 municípios.

Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos

Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.

Objetivo: Realizar ações estruturantes para promover o desenvolvimento dos assentamentos, reassentamentos e comunidades tradicionais no meio rural.

Meta

Beneficiar 7.520 Famílias em Assentamentos e Comunidades Tradicionais com Projetos de Educação do Campo

Atender 8.000 Famílias com ATER em Assentamentos e Comunidades Tradicionais

Objetivo: Melhorar as organizações sociais das comunidades, contribuindo com a permanência das famílias no campo através dos benefícios da arte e cultura, leitura e da inclusão digital no meio rural.

Meta

Implantar 1.280 bibliotecas rurais.

Implantar 320 Casas Digitais.

Objetivo: Viabilizar o acesso a terra, moradia e estrutura básica produtiva para beneficiar famílias com necessidade de inclusão social no meio rural.

Meta

Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF

Reformar 1.200 habitações rurais em Assentamentos e Comunidades Tradicionais

Objetivo: Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado.

Meta

Implantar 100.000 cisternas de placas para consumo humano, nas comunidades rurais

Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais

Construir 12.000 kits sanitários.

Objetivo: Realizar ações de inclusão produtiva e social por meio do serviço de ATER, com vistas à erradicação da extrema pobreza

Meta

Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção.

Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.

Atender 4.725 famílias de agricultores (as) familiares para o acesso aos financiamentos do Projeto São José.

Objetivo: Apoiar o Etnodesenvolvimento de Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais e Ciganos) em ações com suas representações em seus territórios

Meta

Beneficiar 9.440 famílias em comunidades tradicionais

Objetivo: Apoiar as comunidades quilombolas no Ceará por meio da construção do capital social e do fortalecimento do ingresso aos recursos públicos e privados visando fortalecer seu protagonismo.

Meta

Fortalecer 60 associações de comunidades quilombolas

Financiar 40 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas.

7. GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

A gestão e controle social se evidencia nas novas formas de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, o foco e as prioridades na aplicação de recursos destinados a política de desenvolvimento rural. O modelo participativo deve ser exigente em relação à qualificação dos atores envolvidos,

tanto dos agentes públicos como da sociedade civil. A informação adequada, no momento oportuno, nas mãos dos atores envolvidos é um desafio central e determinante para o êxito da gestão social do PDRSS.

São premissas básicas desse macroprocesso:

1. Sensibilizar, mobilizar e estabelecer o diálogo e o comprometimento dos atores agentes que atuam no território - governamentais e não governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada - legitimando as decisões e promovendo o envolvimento destes na implementação das ações estratégicas para o desenvolvimento territorial;
2. Incentivar o compartilhamento de responsabilidades e de estratégias entre os atores agentes sociais do Território, a formação de parcerias e a atuação solidária visando a coesão social e territorial;
3. Promover e estimular a participação das comunidades rurais, associações, cooperativas, assentamentos, acampamentos, remanescentes de quilombolas, indígenas, povos de terreiro (planos e obras de interesse da população do Território);
4. Organizar eventos como reuniões; oficinas; seminários; plenárias; visitas; capacitação dos atores sociais do território , dentre outros;
5. Apoiar os arranjos institucionais que no âmbito do território Litoral Sul serão responsáveis pela elaboração, implantação e operacionalização dos projetos específicos;
6. Acompanhar a gestão financeira e a prestação de contas dos recursos destinados ao funcionamento das ações territorial, junto as entidades gestoras que operam os recursos territoriais.

Hoje um dos aspectos mais relevantes em se tratando da gestão pública é a transparência e a ética. Postular instrumentos que dêem conta desses aspectos característicos da sociedade moderna, é estabelecer mecanismos de acompanhamento das ações e das políticas públicas, evidenciado o compromisso gestor com o povo brasileiro, colocando o Brasil numa situação confortável em se tratando do bem público.

Primando por este aspecto, a SDA, vem fortalecendo e potencializando os canais de interlocuções com os sujeitos sociais, no sentido de estimular cada vez mais a participação no conjunto de políticas desenvolvidas pela Secretaria.

Assim, a gestão e o controle social do PDRSS é um compromisso de todas as instituições, que direta ou indiretamente construíram mais este instrumento orientador das práticas da agricultura familiar no Ceará, onde a SDA, por meio dos seus mecanismos de acompanhamento legal é a indutora na promoção das ações previstas.

7.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A SDA terá responsabilidade de compatibilizar suas ações cotidianas com as diretrizes e prioridades aprovadas no PDRSS e no PPA Estadual Participativo e Regionalizado, a ser consubstanciado no Plano Operativo Anual (POA).

O processo de monitoramento e avaliação será realizado inicialmente no âmbito das estruturas de governo já em funcionamento. Para este fim, a cada ano as ações detalhadas no POA serão lançadas no MAPP. Este sistema será continuamente alimentado com as informações

referentes à execução de cada uma das ações programadas. Relatórios bimestrais serão elaborados constituindo-se no principal instrumento de monitoramento do nível de execução dessas ações. Internamente estes

relatórios serão analisados e discutidos no Comitê Gestor da SDA que reúne o Secretário de Estado e os demais gestores no âmbito do Gabinete, os gestores das diversas Coordenadorias da SDA e das instituições vinculadas - Ematerce, Idace, Adagri e Ceasa, com vistas à tomada das decisões gerenciais necessárias à boa execução do plano.

No âmbito das articulações com o Governo Federal e demais instituições estaduais, as atividades de monitoramento e a avaliação serão realizadas mensalmente no Grupo de Trabalho pela Territorialização (GTT) e bimestralmente no âmbito do Comitê de Articulação Estadual (CAE)

7.2. CONTROLE SOCIAL

A principal instância de controle social do PDRSS é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR). Bimestralmente, como já faz atualmente, ele se reunirá para tratar de uma pauta previamente elaborada, tendo como foco as ações prioritárias para o momento. As informações oriundas do MAPP e de outras fontes serão sistematizadas pelas diversas Câmaras Técnicas, compondo os subsídios para o debate entre os conselheiros, com vistas à tomada de decisão sobre os pontos de pauta que exigem o posicionamento do CEDR.

Como inovação para o próximo período está sendo proposta uma Reunião Ampliada do CEDR, com a participação dos 13 (treze) Núcleos Dirigentes dos Colegiados Territoriais, a ser realizado no mês de Julho, com vistas para avaliar o atingimento das metas relativas ao primeiro semestre e o atendimento dos objetivos estabelecidos para cada ação estratégica.

Com este mesmo espírito de ampliação dos mecanismos de controle será instituído, para realização no final de cada ano, o Fórum Ceará Rural, uma nova instância geral, reunindo os conselheiros do CEDR, os Núcleos Dirigentes e representantes dos Comitês Temáticos e Setoriais dos treze territórios. Este Fórum fará um balanço geral dos resultados alcançados durante o ano e apontará os ajustes necessários para o novo ciclo de execução anual do plano, ampliando a transparência e a participação de todos os atores envolvidos na implementação do PDRSS 2012 - 2015.

8. Base Bibliográfica.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

Documentos:

A Caracterização da Extrema Pobreza no Estado do Ceará. IPECE Informe nº 09 - Ceará 2011.

FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável-PDRS 2008 /2011.

Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. - “CONDRAF 10 anos por um Brasil Rural com Gente”. Proposta aprovada pelo Condraf no dia 24 de fevereiro de 2010

Plano Mais Brasil, mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação-Plano Plurianual- PPA 2012-2015- Brasília 2011.

Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável 2007-2011 - PDRS, junho de 2007



ANEXOS

ANEXOS

SIGLAS

ADAGRI	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania
CEASA	Centrais de Abastecimento do Ceará S.A
CEDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Social
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
COAPE	Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária
COCRED	Coordenadoria De Crédito Rural e Políticas Afins
CODAF	Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
CODEA	Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário
CODET	Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural
COMDETEC	Conselho dos Municípios para o Desenvolvimento Tecnológico do Ceará
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COPLAG	Coordenadoria de Planejamento e Gestão
COPPE	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
DFDA	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPLANCE	Instituto de Planejamento do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PDBR	Programa de Desenvolvimento Brasil Rural
PDRS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDRSS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial

ANEXO 1

AÇÕES PRIORIZADAS POR TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Eixo temático 1: **Direitos e Inclusão Social**

Eixo temático 2: **Terra, Água e Biodiversidade: Conservação e Democratização do Acesso**

Eixo temático 3: **Infraestrutura Básica, Social e Produtiva**

Eixo temático 4: **Produção, Agroindustrialização e Comercialização**

Eixo temático 5: **Desenvolvimento Institucional e Gestão Territorial**

Território: CARIRI

Eixo temático	Ação
1, 3	Desenvolvimento de ações que busquem a universalização do acesso à água para o consumo humano no meio rural;
1, 3	Implantação de um projeto para a utilização de águas de açudes públicos para a irrigação para os médios e pequenos produtores;
1, 3, 4	Ampliação hora sazonal, dupla tarifa de energia;
1, 3	Construção e viabilização do funcionamento de abatedouros, unidades de beneficiamento de couro (curtume), carne e leite obedecendo rigorosamente serviços de inspeção sanitária;
1, 2, 4	Adoção de práticas como captação in situ e uso de terraços e plantio direto, escarificação subsolagem, plantio em curva em nível, Barragens subterrâneas, sucessivas;
1	Universalização dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Território;
1, 4	Reestruturação da EMATERCE com realização de concurso público e aporte de recursos financeiros suficientes para assegurar a oferta de ATER em quantidade, qualidade e continuidade;
1	Formação de turmas incentivando Educação de Jovens e Adultos, no sentido da realização de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável e solidário, em assentamentos, reassentamentos, comunidades rurais e comunidades tradicionais.
1	Ampliação da educação tecnológica fomentando a agricultura familiar;
2	Capacitação de jovens (Nossa Primeira Terra) mulheres (PNCF Mulher) e negros (Terra Negra Brasil) rurais com vistas ao acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário
4	Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos executado pelo Estado para todos os municípios;

4	Instalação de Laboratórios de Análise de Solos, Água e Tecidos Vegetais;
4	Estruturação e Fortalecimento do APL do Pequi, do babaçu, de Apicultura, Caprinocultura e Ovinocultura, Mandiocultura, Leite e Derivados, Artesanato, Fruticultura, Turismo ecológico, rural e de base comunitária e outros frutos oriundos da atividade extrativista; (unificada)
4	Implantação de viveiros municipais de mudas nativas;
4	Elaboração de Plano de Manejo Sustentável do Bioma Caatinga;
4	Universalização dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Território;
4	Ampliação do quadro de funcionários da ADAGRI para que a agência desenvolva as ações inerentes a mesma.
4	Implementação de um sistema de certificação visando a garantia da qualidade de produtos com redução das taxas ou isenção das mesmas para agricultores de base familiar.
5	Apoio a implementação de projetos prioritizados nos PTDRS;
5	Fortalecimento das estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, e grupos produtivos e comunidades tradicionais dando assessoramento em planejamento e gestão

Território: SERRA DA IBIAPABA

Eixo temático	Ação
1, 3	Universalização de cisterna de placas no meio rural e de outras formas de reservatórios de água de chuva;
1, 3	Construção novos reservatórios para ampliar a oferta de abastecimento de água visando o consumo humano e projetos de irrigação no território.
1, 3, 4	Fortalecimento da agricultura familiar e do turismo rural, através da revitalização de mini-usinas de cana de açúcar, mandioca, frutas nativas, revitalização dos engenhos e casas de farinha.
1, 3, 4	Implementação de ações voltadas a capacitação da equipe técnica municipal, para licenciamento ambiental.
1	Implantação de mini-usinas de compostagem orgânica no Território e introdução de tecnologias para o aproveitamento do lodo de esgoto e restos de matadouro público.
1	Ampliação do quadro técnico de ATER com abertura de concurso público para prestar assistência técnica e extensão rural às famílias rurais e suas organizações com tecnologias adequadas.
1	Efetivação do funcionamento das escolas agrícolas existentes, com a implementação do modelo de educação contextualizada (EFAs), através da captação de recursos que promovam a sustentabilidade destas escolas, e da sensibilização para a participação dos pais e responsáveis no cotidiano das escolas;
1	Elaboração de implementação de Projeto de Informatização e logística das Secretarias de Agricultura do território da Ibiapaba, com acréscimo de pessoal qualificado (Projeto elaborado pela Secretaria de Agricultura de São Benedito).

1	Implantação do centro integrado de referência em agroecologia para o semiárido.
2	Implementação de uma política de governo (estadual e federal) para recuperação dos assentamentos(oriundos do Crédito Fundiário) inadimplentes para que possam renegociar a dívida da terra e atualizar o quadro social e assim poderem acessar o Pronaf A e outras linhas de crédito;
2	Implantação de mini-usinas de compostagem orgânica no Território e introdução de tecnologias para o aproveitamento do lodo de esgoto e restos de matadouro público.
4	Garantia e qualificação da Assistência Técnica e Extensão (ATER) Rural e acesso ao crédito (PRONAF) para a agricultura familiar;
4	Construção de um Centro de Evento regional, estimulando a promoção de feiras, eventos e exposições;
4	Capacitação dos agricultores e agricultoras em comercialização, Associativismo / cooperativismo;
4	Relocação e modernização da CEASA em Tianguá - CE (reaproveitando o atual espaço para os agricultores(as) de base familiar;
4	Implantação de programa de convivência com o semiárido, adotando práticas de conservação do solo (captação in situ, adubação orgânica, etc.) e de produção (ex: Mandalas, SAFs, quintais produtivos, etc.)
4	Sensibilização voltada a preservação ambiental, através da educação ambiental e policiamento ambiental para atender o Território com unidade localizado em um dos municípios, fiscalizando as empresas de comercialização de agrotóxico
4	Implantação de mini-usinas de compostagem orgânica no Território e introdução de tecnologias para o aproveitamento do lodo de esgoto e restos de matadouro público.
4	Ampliação do quadro técnico de ATER com abertura de concurso público para prestar assistência técnica e extensão rural às famílias rurais e suas organizações com tecnologias adequadas.
4	Criação de novas unidades operacionais da ADAGRI para o atendimento aos agropecuaristas em cada município do Território;
5	Elaboração de plano de capacitação para os membros do Colegiado (em elaboração de projetos, gestão, planejamento e finanças públicas);
5	Elaboração de Programa de mídia para divulgação da proposta territorial (programa de rádio, folder, cartazes, spot, blogs autidoor e produção de DVD);

Território: LITORAL LESTE

Eixo temático	Ação
1, 3	Implementação de projetos São José (Sisar) para garantir água potável na zona rural pela Cagece (especialmente para projetos antigos que foram entregues para as associações);
1, 3	Implantação de sistemas de saneamento básico nos municípios (zona urbana e rural)

1, 3, 4	Instalação de um medidor horosazonal com os respectivos timer em todos os Projetos de Irrigação Na Minha Propriedade;
1, 3, 4	Construção de abatedouros públicos consorciados;
1, 3, 4	Fomento a construção de atratores artificiais (marambaias) coletivas para os atores da pesca no Território;
1, 3, 4	Criação de laboratório que estude o bioma caatinga.
1	Universalização a assistência técnica no Território
1	Reestruturação da Ematerce com concurso público.
2	Ampliação das ações do Programa Nacional de crédito fundiário-PNCF;
2	Apoio à elaboração e implantação de Planos de Desenvolvimento dos assentados, comunidades, quilombolas e comunidades tradicionais, principalmente após a obtenção da terra;
4	Apoio ao processo associativista na produção e comercialização do leite, promovendo a inserção dos produtores nos programas governamentais (PAA e PNAE);
4	Universalização do Hora de Plantar até 2014;
4	Apoio com financiamento a comercialização da produção familiar nas Feiras;
4	Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos executado pelo Estado para 155 municípios.
4	Criação de incentivos para a ampliação e expansão de projetos Agroecológicos;
4	Reflorestamentos de áreas degradadas (coqueirais, caatinga margens de rios e açudes, manguezais, carnaubais);
5	Apoio à implementação de projetos priorizados nos PTDRS;
5	Criação de fundo de apoio às instâncias do colegiado para infra-estrutura e logística;
5	Ampliação do Programa Território da Cidadania;
5	Atualização do Inventário Social da Região para identificar as questões de raça e etnia;

Território: LITORAL EXTREMO OESTE

Eixo temático	Ação
1, 3	Construção de barragens subterrâneas e cisternas de placa;
1, 3	Implantação de infra-estrutura de saneamento ambiental (aterro, coleta seletiva, reciclagem, controle de uso e ocupação de solo, coleta e tratamento de esgoto, posto de coleta de embalagens de agrotóxicos, etc.);
1, 3, 4	Implantação e ampliação de energia elétrica trifásica para o campo, tendo em vista processos produtivos; Instalação de medidor horosazonal com os respectivos timer em todos Projeto de Irrigação Na Minha Propriedade que exista no Território;
1, 3, 4	Criação de uma unidade de beneficiamento de leite Estrategicamente localizada contemplando estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado);

1, 2, 4	Modernização do extrativismo da carnaúba; Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Ovinocaprinocultura, cajucultura, mandiocultura, turismo, apicultura, e as agroindústrias familiares
1, 4	Reestruturação da EMATERCE, através de Concurso Público;
1, 4	Consolidação do sistema de ATER em quantidade e qualidade suficiente e adequada as necessidades das famílias rurais e urbanas de baixa renda de acordo com o PNATER.
1	Implantação das Escolas Família Agrícolas nos micros Territórios; dar continuidade e ampliar os projetos de residência agrária com UECE, UFC, UEVA e URCA, e articulação com a UFC para a criação de um curso de Especialização em Agricultura Familiar-Camponesa.
2	Agilização do Programa de Regularização Fundiária em todos os territórios; Extensão do Programa de Regularização Fundiária aos pescadores e pescadoras, marisqueiras e equiparadas;
2	Apoio as Ongs e demais instituições que prestam serviço de ATER com capacitação dos profissionais e melhoramento de suas infra-estruturas;
4	Transformação do selo de identidade da agricultura familiar em selo de qualidade;
4	Implantação do Projeto Irrigação na Minha Propriedade, aproveitando as fontes hídricas dos rios perenizados, açudes, poços profundos e artesianos com apoio do PSJ III, FEDAF e Plano do semiárido;
4	Agilização para criação das Bases de Serviço de Comercialização no Território;
4	Recuperação das áreas degradadas, diagnosticando-as e georeferenciando-as, além de ampliação para todo o Território de banco de sementes, viveiros e estímulo para o manejo agroflorestal (incentivando a adubação verde, plantio direto, etc);
4	Aperfeiçoamento da ADAGRI, quanto ao cumprimento da sua missão de defesa agropecuária do estado, ampliando o número de escritórios com sua respectiva equipe técnica, através de concurso público.
5	Garantia de apoio logístico e financeiro para o Núcleo Dirigente Técnico e Comitês Temáticos no acompanhamento das ações territoriais; Estruturação de uma sede para o Colegiado Territorial
5	Apoio para dotar o Colegiado do Território com personalidade jurídica;
5	Capacitação dos gestores públicos e lideranças comunitárias em elaboração de projetos e captação de recursos
5	Fortalecimento do Comitê Setorial da cajucultura.

Território: VALES DO CURU E ARACATIAÇU

Eixo temático	Ação
1, 3	Apoio financeiro para elaboração dos Planos Municipais de Água.
1, 3	Desburocratização de acesso ao custeio agrícola estimulando a captação de crédito rural para incremento de projetos produtivos.
1	Revitalização dos rios lagoas, mares, açudes, mangues, baías com o objetivo de manutenção dos estoques pesqueiros
1	Unificar e universalizar todas as ações de desenvolvimento rural atendendo todos os segmentos sociais indiscriminadamente.

1	Efetivar as Políticas públicas contínuas de ATER que ofereçam qualidade e continuidade.
1	Apoiar as ações de assistência técnica às mulheres não-assentadas.
1	Promover as artes cênicas, cultura popular tradicional em todas as suas dimensões, nas escolas públicas;
1	Lançar editais para contratação de assessorias técnicas, para desenvolver ações de formação de gestão compartilhada, elaboração de projeto e produção cultural, formando Agentes de Cultura nas comunidades rurais
2	Ampliação das ações do Programa Nacional do Crédito Fundiário;
2	Construção de Escolas do Campo ;
2	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.
2	Revitalização dos rios lagoas, mares, açudes, mangues, baías com o objetivo de manutenção dos estoques pesqueiros
4	Fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura (melhoramento genético, manejo alimentar, sanidade) ;
4	O Estado ampliar a criação de Resex, trazendo para este território, como instrumento capazes de contribuir para a gestão do ordenamento, através de mecanismos de fiscalização da pesca predatória ou exploração dos ecossistemas pesqueiros.
4	Implantação de projetos produtivos voltados para segurança alimentar e nutricional das famílias do território.
4	Articular junto a SEMACE/COPAM as ações de educação ambiental e manejo do solo dentro dos princípios da agroecologia, evitando assim, sanções e multas por conta do desmatamento existente na região serrana. Mesmo sendo prejudicial ao meio ambiente a agricultura tradicional ainda é fonte de renda e sustento de muitas famílias.
4	Desburocratização de acesso ao custeio agrícola estimulando a captação de crédito rural para incremento de projetos produtivos.
4	Revitalização dos rios lagoas, mares, açudes, mangues, baías com o objetivo de manutenção dos estoques pesqueiros
4	Unificar e universalizar todas as ações de desenvolvimento rural atendendo todos os segmentos sociais indiscriminadamente.
4	Efetivar as Políticas públicas contínuas de ATER que ofereçam qualidade e continuidade.
4	Apoiar as ações de assistência técnica às mulheres não-assentadas.
4	Aperfeiçoar e fortalecer a ADAGRI, quanto ao cumprimento da sua missão de defesa agropecuária do estado para propiciar a ampliação de seu serviço.
5	Incorporar o conceito de dimensão Territorial/Inter setorial com as demais Secretarias do Governo do Estado, implantando políticas públicas de cultura nos territórios.

Território: MACIÇO DO BATURITÉ

Eixo temático	Ação
1, 3	Ampliação da energia para o desenvolvimento produtivo (energia trifásica).
1, 2	Incentivo à utilização da recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedras, adubação orgânica e verde, correção de solo, dentre outros.

1, 2	Apoio com crédito rural para Floricultura e Fruticultura (beneficiamento).
1	Criação de um Programa de ATER que oferte qualidade e continuidade, universalizando a ATER.
1, 4	Reestruturação da EMATERCE, inclusive concurso público.
2	Regularização fundiária de imóveis rurais.
2	Desenvolvimento de ações para os agregados da Reforma Agrária.
4	Universalização do Programa Hora de Plantar até 2014.
4	Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura através da estruturação de casas de mel, entrepostos e laboratórios de pesquisa.
4	Assistência Técnica e Extensão Rural com Crédito Rural (PRONAF) para agricultura familiar.
4	Programa de Revitalização das nascentes e dos rios.
4	Propor incentivos, ampliação e expansão de sistemas produtivos agroecológicos.
4	Estabelecer pagamento por serviços ambientais.
4	Ampliação da energia para o desenvolvimento produtivo (energia trifásica).
4	Incentivo à utilização da recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedras, adubação orgânica e verde, correção de solo, dentre outros.
4	Apoio com crédito rural para Floricultura e Fruticultura (beneficiamento).
4	Criação de um Programa de ATER que oferte qualidade e continuidade, universalizando a ATER.
5	Estruturação do Escritório Sede do Colegiado Territorial.
5	Apoio e Incentivo a estruturação e fortalecimento das secretarias de agricultura e criação de um fundo municipal da agricultura.
5	Fortalecimento das estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos.
5	Qualificação da assessoria técnica para elaboração e monitoramento dos projetos estratégicos do território.

Território: VALE DO JAGUARIBE

Eixo temático	Ação
1, 3	Implementação dos Planos de Água municipais já inseridos no Pacto das Águas;
1, 3, 4	Construção da CEASA territorial na BR116 Km 193 (Limoeiro do Norte em terreno já doado);
1, 3, 4	Aquisição, de medidores horosazonal, inclusive de uso diurno, para agricultura familiar;

1, 3, 4	Instalação de fábricas de ração animal.
1, 2, 4	Incentivo para a recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedra, adubação orgânica e verde, correção de solo, dentre outros;
1, 2, 4	Ampliação da inclusão digital em todo o Território;
1, 4	Expansão de tecnologias alternativas como energia Eólica, Solar e os biodigestores;
1	Criação de um Programa de ATER que oferte qualidade e continuidade;
1	Continuação dos Projetos de Residência Agrária com UECE e UFC, e ampliação, com UEVA e URCA além de apoio para instituir junto a UFC curso de Especialização em Agricultura Familiar-Camponesa
4	Ampliação e qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural com crédito rural (PRONAF) para a agricultura familiar nos municípios;
4	Organização de grupos de produtores (compra de insumos e venda do leite coletivas), e inseri-los nos Programas governamentais (PAA e PNAE);
4	Transformação do selo de Identidade para Selo de Qualidade até 2014;
4	Priorização da construção de um entreposto de mel tendo em vista que o território Vale do Jaguaribe é o maior pólo apícola do Estado do Ceará;
4	Apoio a implementação de sistemas de certificação e expedição (SIE, SIM, SIF e SUASA);
4	Criação de incentivos a ampliação e expansão de projetos Agroecológicos;
4	Ampliação de projetos produtivos utilizando os recursos hídricos através das estruturas já implantadas no Território para agricultores familiares e de forma agroecológica;
4	Criação de um Programa de ATER que oferte qualidade e continuidade;
4	Estruturação física e do quadro técnico da ADAGRI;
4	Estruturação e ou regulamentação do sistema municipal de inspeção de produtos de origem animal e vegetal e vigilância agropecuária.
5	Priorização dos Colegiados Territorial como instância de planejamento;
5	Criação de sistema de monitoramento dos projetos territoriais, a ser implementado pelo Núcleo Dirigente;

Território: REGIÃO METROPOLITANA (JOSÉ DE ALENCAR)

Eixo temático	Ação
1, 3	Apoio a Criação dos códigos sanitários dos municípios;
1, 3	Articulação do programa de universalização de acesso à água ao tratamento de efluentes gerados pelo consumo humano.
1, 3	Criação de unidades de beneficiamento de leite e entrepostos contemplando a estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado);
1, 3, 4	Expansão da inclusão digital como uma importante ferramenta de infraestrutura produtiva e social para o meio rural;
1	Criação de uma rede territorial de ATER;
1	Estruturação técnica e metodológica da Extensão Rural (integração Estado, Município e Ongs);
1	Capacitação dos líderes comunitários do meio rural e urbano com foco na educação contextualizada e uma gestão compartilhada;
1	Elaboração de projetos de educação ambiental e nutricional que envolvam o protagonismo infanto-juvenil, através de ações práticas no campo;
1	Criação de escolas profissionalizantes voltadas para a realidade do Território;
1	Implantação de mais uma escola agrícola no território além da revitalização da já existente no município de Pacatuba.
2	Implementação de processos de titulação das áreas rurais e urbanas dos municípios do Território, beneficiando todas as suas comunidades;
2	Desburocratização do Crédito Fundiário;
4	Incentivo para implantação de agroindústria para processamento de frutas, pescado, mel, bolos e doces;
4	Capacitação, organização (conscientização e gestão) e estruturação (nos setores armazenamento e transporte) das associações e cooperativas de produtores;
4	Apoio a transição da agricultura convencional para agroecologia;
4	Recuperação e proteção de matas ciliares e nascentes, com utilização de plantas nativas e frutíferas.
4	Criação de unidades de beneficiamento de leite e entrepostos contemplando a estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado);

4	Criação de uma rede territorial de ATER;
4	Estruturação técnica e metodológica da Extensão Rural (integração Estado, Município e Ongs);
5	Apoio à revitalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, incluindo o CMDS;
5	Estímulo a processos de desburocratização de políticas públicas, facilitando ao acesso dos agricultores às DAP's, ao PAA e PNAE (isenção do ICMS) e a inspeção sanitária;

Território: SERTÃO CENTRAL

Eixo temático	Ação
1	Apoio na elaboração e Fortalecimento dos Planos de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Municipais.
1	Apoio na infraestrutura de processamento e beneficiamento de leite e mel;
1	Garantia da infraestrutura de feiras municipais e territoriais para a agricultura familiar;
1, 3, 4	Transformação de energia MRT e bifásica para trifásica para atender os setores produtivos;
1, 4	Implantação de biodigestores;
1, 2, 4	Incentivo á utilização da recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos cordões de pedra, adubação orgânica e verde, correção de solo, dentre outros;
1, 4	Criação de um Programa de ATER que oferte qualidade e continuidade;
1, 4	Implementação a exemplo que ocorre na metodologia do Projeto Dom Hélder Câmara, a efetivação dos mobilizadores sociais comunitários;
1, 4	Reestruturação, ampliação e qualificação da EMATERCE.
1	Retorno ao debate e efetivação da implantação do Centro Integrado de Referência em agroecologia para o semiárido- UNIVERSIDADE DO CAMPO - ANTONIO CONSELHEIRO.
2	Manejo da Caatinga nos assentamentos e comunidades rurais, preservação e recuperação de mata ciliares;
2	Reformulação e ampliação nas áreas de assentamento;
2	Construção de Escolas do Campo ;

2	Implantação de biodigestores;
3	Apoio na elaboração e Fortalecimento dos Planos de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Municipais.
3	Apoio na infraestrutura de processamento e beneficiamento de leite e mel;
3	Garantia da infraestrutura de feiras municipais e territoriais para a agricultura familiar;
4	Implantação de Empresa ou Instituto de Pesquisas Agropecuárias estadual;
4	Construção de Unidades de processamento de ovinos e caprinos; Construção de unidades de processamento de galinha caipira;
4	Implantação do Projeto Irrigação na Minha Propriedade aproveitando as fontes hídricas dos rios perenizados, açudes, poços profundos e artesianos ao amparo do PSJ III, FEDAF e Plano do semiárido;
4	Ampliação de incentivos para garantir projetos agroecológicos e de convivência com o semiárido;
4	Garantia de expansão das experiências contextualizadas a exemplo das EFAs;
4	Apoio na infraestrutura de processamento e beneficiamento de leite e mel;
4	Garantia da infraestrutura de feiras municipais e territoriais para a agricultura familiar;
5	Garantia do processo continuado de formação Política dos/as Conselheiros/as;
5	Participação do Colegiado Territorial na seleção de comunidades/projetos a serem atendidas pela SDA, inclusive nos governos itinerantes;

Território: CENTRO SUL E VALE DO SALGADO

Eixo temático	Ação
1, 3	Apoio a elaboração e implantação dos planos de água municipais
1, 3	Criação de uma unidade de beneficiamento de leite estrategicamente localizada contemplando estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado)
1, 3, 4	- Instalação de um medidor horosazonal com os respectivos timer em todo o projeto de Irrigação na Minha Propriedade
1, 2	Implantação de mini usinas de leite para o processamento de seus derivados;
1, 2, 4	Incentivo a utilização da recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedra, adubação orgânica e verde, correção de solos dentre outros; premiando os produtores que se enquadram nestas práticas

1	Universalização da ATER através da criação de um Programa de ATER que ofereça qualidade e continuidade
1	Formação de turmas incentivando Educação de Jovens e Adultos no sentido da realização de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável e solidário, em assentamentos, reassentamento e comunidades tradicionais
1	Continuação do projeto residência agrária, com a UECE e UFC, e ampliação com UVA e URCA, e apoio para que a UFC institua curso de especialização em agricultura familiar-camponesa
2	Ampliação e desburocratização das Ações do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF
4	Ampliação e qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural com crédito rural (PRONAF) para a agricultura familiar nos municípios;
4	Implantação do Projeto de Irrigação na Minha Propriedade aproveitando as fontes hídricas dos rios perenizados, açudes, poços profundos e artesianos ao amparo do PSJ III, FEDAF e Plano do semiárido;
4	Apoio com financiamento a comercialização da produção familiar nas Feiras;
4	Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos executado pelo Estado para 155 municípios;
4	Incentivo ao melhoramento genético com inseminação artificial e transferência de embriões;
4	Apoio à implantação de unidades técnicas demonstrativas de práticas agroecológicas sustentáveis;
4	Fomento à introdução da educação ambiental nas escolas, inclusive nas comunidades rurais e urbanas;
4	Apoio à implantação de unidades de reciclagem para coletas de embalagens de agrotóxicos;
4	Criação de uma unidade de beneficiamento de leite estrategicamente localizada contemplando estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado)
4	Implantação de mini usinas de leite para o processamento de seus derivados;
4	Universalização da ATER através da criação de um Programa de ATER que ofereça qualidade e continuidade
5	Apoio à revitalização dos Conselhos Municipais, com foco também no meio ambiente
5	Apoio à Implementação de Projetos priorizados nos PTDRS;

Território: SERTÕES DE INHAMUNS / CRATEÚS

Eixo temático	Ação
1, 3	Local, Perfurar, Instalar e Reativar os Poços Profundos existentes;
1, 2	Incentivo à utilização da recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedra, adubação orgânica e verde, correção de solo, dentre outros;

1, 2, 4	Melhoramento genético do rebanho de bovinos, ovinocaprino;
1, 2, 4	Incentivo a adequação e construção dos abatedouros públicos municipais dentro dos padrões sanitários;
1, 4	Realização de concurso público para EMATERCE;
1, 4	Estruturação regional das ONGs em rede que prestam assessoria técnica no território (Automóveis, motocicletas, equip. informática e outros equip. de serviços);
1	Continuação com UECE e UFC, e ampliação com a UVA, URCA e UAB, dos projetos Residência Agrária, e instituição, junto a estas instituições, apoio à Graduação e Especialização dentro dos princípios da Agricultura Familiar-Camponesa;
1	Fortalecimento da EFA DOM Frágoso;
1	Estruturação de 3 EFAS no território, tendo como meta uma em cada micro território (Ipueiras, Tauá e Santa Quitéria).
2	Criar efetiva e contínua supervisão por parte do órgão responsável da assistência técnica nos assentamentos do crédito fundiário.
4	Ampliação de recursos, desburocratização, sustentabilidade, transparência e divulgação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF com inclusão de recursos federais;
4	Apoio (logístico e financeiro da SDA) as Feiras Territoriais e Municipais da Agricultura Familiar e Economia Solidária;
4	Construção de Cisternas/Calçadão e enxurradas, poços artesianos, cacimbões e barragens subterâneas;
4	Implantação de Quintais Produtivos para mulheres;
4	Ampliação e apoio a cadeia produtiva do algodão agroecológico;
4	Propor incentivos financeiros e culturais através de chamadas públicas e editais para a ampliação e expansão de projetos Agroecológicos;
4	Incentivo a utilização da recomposição das matas ciliares, produção de essências nativas, biocompostagem líquida e sólida, construção de terraços de retenção, barragens para contenção de sedimentos, cordões de pedra, adubação orgânica e verde, correção de solo, dentre outros;
4	Garantia da permanência da assistência técnica e extensão rural pública com ampliação de recursos logístico e financeiro;
4	Criação de novas unidades operacionais da ADAGRI para o atendimento aos agropecuaristas em cada município do Território
5	Estruturação do Colegiado Territorial (Sede, Transporte, Secretária e Material, Divulgação) e Implantação de um sistema de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais;
5	Apoio à estruturação de fóruns/cooperativas/comitês/redes setoriais integrantes das cadeias produtivas: Ovinocaprinocultura, Apicultura, Bovinocultura de Leite, piscicultura, Horticultura e fruticultura;

Território: SERTÕES DE CANINDÉ

Eixo temático	Ação
1, 3	Apoio financeiro para elaboração dos Planos Municipais de Água.
1	Criação de uma unidade de beneficiamento de leite estrategicamente localizada, contemplando estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado);
1	Apoio a feira da agricultura familiar do território dos Sertões de Canindé.
1, 2	Promoção e adoção de práticas de convivência com o semiárido como captação in situ, terraços, barragens subterrâneas, sucessivas e mandalas;
1, 2, 4	Viabilização aos jovens já capacitados em informática acesso ao emprego nas novas casas digitais do Território;
1	Criação de um programa de ATER que ofereça qualidade e continuidade;
1, 4	Inclusão no programa de ATER/ATES a formação política e técnica para as mulheres trabalhadoras e jovens do meio rural;
1	Continuidade com UECE e UFC dos projetos de Residência Agrária e ampliação, com UVA e URCA e ainda fazer articulação com a UFC para instituição de curso de especialização em Agricultura Familiar - Camponesa;
1	Estruturação de laboratório para desenvolvimento de experiências agrícolas e agroecológicas nos seis municípios do território
1	Implantação e revitalização de hortos de farmácia viva nos municípios do Território.
2	Realização de ações preparatórias para obtenção imóveis voltados a implantação de assentamentos.
3, 4	Apoio a feira da agricultura familiar do território dos Sertões de Canindé.
4	Garantia de ATER com qualidade na perspectiva do PNATER;
4	Apoio à cadeia produtiva da pesca artesanal e aqüicultura;
4	Fortalecimento das agroindústrias da agricultura familiar;
4	Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, executado pelo Estado para todos os municípios;
4	Incentivo a produção agroecológica para grupos de jovens e de mulheres agricultoras;
4	Estímulo aos produtores rurais a recuperar áreas degradadas mediante os incentivos financeiros na implantação de projetos produtivos;
4	Criação de uma unidade de beneficiamento de leite estrategicamente localizada, contemplando estrutura de captação e distribuição (tanque rodoviário e caminhão baú refrigerado);

4	Promoção e adoção de práticas de convivência com o semiárido como captação in situ, terraços, barragens subterrâneas, sucessivas e mandalas;
4	Criação de um programa de ATER que ofereça qualidade e continuidade;
4	Ampliação das unidades de atendimento da ADAGRI nos municípios do Território, devidamente estruturados;
5	Priorização do Colegiado Territorial como instância de planejamento das políticas
5	Implementação de políticas públicas que assegurem a assessoria técnica rural a toda cadeia produtiva, visando à promoção do desenvolvimento rural sustentável;
5	Criação de programa de formação de agentes de desenvolvimento territorial;
5	Estruturação e apoio aos Comitês Temáticos e Setoriais para a gestão produtiva e o controle social no Território;

Território: SOBRAL

Eixo temático	Ação
1, 3	Apoio à implantação dos planos de recursos hídricos municipais e aos Comitês de Bacias Hidrográficas;
1, 3	Implantação de um programa de orientação de práticas agrícolas visando à preservação dos recursos hídricos, especialmente as comunidades ribeirinhas próximas aos mananciais;
1, 3	Implantação de Biodigestores para produção de energia;
1	Implantação de projetos de convivência com o semiárido no Território da Cidadania de Sobral;
1, 2	Implantação de mandalas e projeto paz;
1	Fomento às Empresas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural na adequação e capacitação de seus técnicos e beneficiários de suas ações, com acompanhamento contínuo de suas ações na transmissão dos conhecimentos adquiridos;
1	Fortalecimento e capacitação nas cadeias priorizadas pelo território. (artesanato, ovinocaprinocultura, apicultura, avicultura caipira, horticultura e extrativismo, bovino de leite, piscicultura e fruticultura).
1	Construção de uma escola Família Agrícola no Território utilizando a pedagogia da alternância contextualizada no campo e na produção local;
1	Implantação da escola agrotécnica do Território;
2	Maior agilidade nos processos de aquisição de imóveis rurais para agricultores/as familiares;
2	Capacitação para as famílias de agricultores/as familiares em associativismo e empreendedorismo por ocasião da aquisição do imóvel.
2	Implantação de projetos de convivência com o semiárido no Território da Cidadania de Sobral;
4	Estruturação das unidades de beneficiamento de leite (Pasteurização) e sensibilização e capacitação dos pequenos produtores e consumidores, para eliminação da comercialização informal deste produto;

4	Desenvolvimento da avicultura caipira;
4	Desenvolvimento da cadeia produtiva da carnaúba;
4	Fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura, criando uma infraestrutura básica de fomento para a pesca artesanal, realizando peixamento dos pequenos e médios açudes do Território, implantando de unidades produtivas de criação de peixes e implantando pequenos módulos de cultivo de tilápias em tanques redes nos reservatórios do Território;
4	Desenvolvimento da ovinocaprinocultura e caprinocultura;
4	Estímulo ao associativismo e o cooperativismo como forma de empoderamento dos agricultores/as familiares e artesãos;
4	Criação de incentivos a ampliação e expansão de projetos agroecológicos, intensificando o uso de tecnologias de convivência com o semiárido e agroecologia tais como: barragens subterrâneas, barragens sucessivas, cisternas de placas, cisternas calçadão, quintais produtivos, mandalas, terraço, captação in situ e roçados ecológicos;
4	Implantação de Biodigestores para produção de energia;
4	Implantação de projetos de convivência com o semiárido no Território da Cidadania de Sobral;
4	Implantação de mandalas e projeto paz;
4	Fomento às Empresas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural na adequação e capacitação de seus técnicos e beneficiários de suas ações, com acompanhamento contínuo de suas ações na transmissão dos conhecimentos adquiridos;
4	Fortalecimento e capacitação nas cadeias priorizadas pelo território. (artesanato, ovinocaprinocultura, apicultura, avicultura caipira, horticultura e extrativismo, bovino de leite, piscicultura e fruticultura).
4	Criação, regulamentação e implementação do serviço de inspeção municipal, bem como a vigilância sanitária;
5	Apoio a implementação de projetos priorizados nos PTDRS;

ANEXO 2

Dimensionamento da pobreza extrema por indicadores selecionados

População no Estado do Ceará			
Indicadores Selecionados		Nº	%
População	Total	1.502.924	100,00
Situação do domicílio	Urbana	726.270	48,32
	Rural	776.654	51,68
Sexo	Homens	751.099	49,98
	Mulheres	751.825	50,02

Cor ou raça	Branca	371.115	24,69
	Preta	77.540	5,16
	Parda	1.031.580	68,64
	Amarela	17.795	1,18
	Indígena	4.894	0,33
Grupos de idade	0 a 14 anos	583.865	38,84
	15 a 24 anos	305.075	20,30
	25 a 64 anos	592.428	39,42
	65 anos ou mais	21.556	1,43
Educação			
Indicadores Selecionados		Nº	%
Pessoas analfabetas	Total	551.792	36,71
	Urbano	150.604	10,02
	Rural	311.188	20,71
Condições dos Domicílios Particulares			
Indicadores Selecionados		Nº	%
Domicílios	Total	362.726	100,00
	Urbano	178.671	49,26
	Rural	184.055	50,74
Domicílios sem abastecimento de água adequado ¹	Total	160.524	44,25
	Urbano	29.515	8,14
	Rural	131.009	36,12
Domicílios sem banheiro exclusivo	Total	144.939	39,96
	Urbano	35.203	9,71
	Rural	109.736	30,25
Domicílios sem esgotamento sanitário adequado ²	Total	297.050	81,89
	Urbano	122.398	33,74
	Rural	174.652	48,15

Fonte: IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: IPECE Reelaboração: SDA.

(1) sem abastecimento de água adequado: não ligado à rede geral de distribuição

(2) sem esgotamento adequado: não ligado à rede geral ou fossa séptica

ANEXO 3

CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR TERRITÓRIO SEGUNDO OS CRITÉRIOS DA I CNDRSS

Território 1:	Cariri
Território 2:	Serra da Ibiapaba
Território 3:	Litoral Leste
Território 4:	Litoral Extremo Oeste
Território 5:	Vales do Curu e Aracatiaçu
Território 6:	Maciço de Baturité
Território 7:	Vale do Jaguaribe
Território 8:	Região Metropolitana - José de Alencar
Território 9:	Sertão Central
Território 10:	Centro Sul e Vale do Salgado
Território 11:	Sertões dos Inhamuns/Crateús
Território 12:	Sertões de Canindé
Território 13:	Sobral

Municípios com Menos de 50 mil Habitantes e Densidade Menor que 80habitantes/km²

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
1	Araripe	20.685	1.099,926	18,81
1	Salitre	15.453	804,349	19,21

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
1	Tarrafas	8.910	454,389	19,61
1	Santana do Cariri	17.170	855,558	20,07
1	Assaré	22.445	1.116,320	20,11
1	Jati	7.660	361,069	21,21
1	Campos Sales	26.506	1.082,766	24,48
1	Antonina do Norte	6.984	260,102	26,85
1	Aurora	24.566	889,876	27,61
1	Barro	21.514	711,883	30,22
1	Potengi	10.276	338,727	30,34
1	Farias Brito	19.007	503,619	37,74
1	Mauriti	44.240	1.078,963	41,00
1	Caririaçu	26.393	637,353	41,41
1	Várzea Alegre	38.434	835,705	45,99
1	Granjeiro	4.629	100,127	46,23
1	Milagres	28.316	576,960	49,08
1	Nova Olinda	14.256	284,399	50,13
1	Jardim	26.688	519,101	51,41
1	Missão Velha	34.274	650,538	52,69
1	Penaforte	8.226	141,926	57,96
1	Abaiara	10.409	178,83	58,21
1	Brejo Santo	45.193	663,421	68,12
1	Porteiras	15.061	217,577	69,22
2	Croatá	17.069	696,978	24,49

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
2	Carnaubal	16.746	364,804	45,90
2	Ibiapina	23.808	414,936	57,38
2	Guaraciaba do Norte	37.775	611,461	61,78
2	Ubajara	31.787	421,031	75,50
3	Beberibe	49.311	1.623,881	30,37
3	Itaiçaba	7.316	209,851	34,63
3	Jaguaruana	32.236	847,261	38,05
3	Icapuí	18.392	423,446	43,43
3	Fortim	14.817	282,060	52,53
4	Uruoca	12.883	696,749	18,49
4	Martinópolis	10.214	298,959	34,17
4	Bela Cruz	30.878	824,409	37,45
4	Barroquinha	14.476	383,403	37,76
4	Marco	24.703	574,134	43,03
4	Morrinhos	20.700	415,551	49,81
4	Chaval	12.615	238,324	52,93
4	Cruz	22.479	334,121	67,28
5	Irauçuba	22.324	1.450,707	15,39
5	Miraíma	12.800	699,960	18,29
5	Tejuçuoca	16.827	781,741	21,53
5	Apuiarés	13.925	552,338	25,21
5	Pentecoste	35.400	1.378,303	25,68
5	General Sampaio	6.218	187,131	33,23

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
5	Amontada	39.232	1.179,031	33,27
5	Itarema	37.471	720,660	52,00
5	São Gonçalo do Amarante	43.890	838,513	52,34
5	Umirim	18.802	316,816	59,35
5	Tururu	14.408	202,275	71,23
6	Ocara	24.007	765,407	31,37
6	Itapiúna	18.626	588,696	31,64
6	Aracoiaba	25.391	656,593	38,67
6	Guaramiranga	4.164	100,856	41,29
6	Capistrano	17.062	222,547	76,67
7	Jaguaretama	17.863	1.759,724	10,15
7	Alto Santo	16.359	1.338,21	12,22
7	Potiretama	6.126	404,602	15,14
7	Jaguaribara	10.399	668,734	15,55
7	Iracema	13.722	824,034	16,65
7	Ererê	6.840	396,016	17,27
7	Jaguaribe	34.409	1.876,796	18,33
7	Palhano	8.866	440,378	20,13
7	São João do Jaguaribe	7.900	280,454	28,17
7	Quixeré	19.412	610,776	31,78
7	Tabuleiro do Norte	29.204	861,817	33,89
7	Pereiro	15.757	423,117	37,24
8	Chorozinho	18.915	278,411	67,94

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
9	Solonópole	17.665	1.536,156	11,50
9	Ibaretama	12.922	877,252	14,73
9	Choró	12.853	815,759	15,76
9	Banabuiú	17.315	1.079,989	16,03
9	Deputado Irapuan Pinheiro	9.095	470,422	19,33
9	Mombaça	42.690	2.119,469	20,14
9	Milhã	13.086	502,342	26,05
9	Piquet Carneiro	15.467	587,873	26,31
9	Ibicuitinga	11.335	424,243	26,72
9	Senador Pompeu	26.469	956,122	27,68
9	Pedra Branca	41.890	1.303,280	32,14
10	Saboeiro	15.752	1.383,477	11,39
10	Cariús	18.567	1.061,797	17,49
10	Jucás	23.807	937,184	25,40
10	Quixelô	15.000	583,236	25,72
10	Umari	7.545	263,928	28,59
10	Lavras da Mangabeira	31.090	947,963	32,80
10	Cedro	24.527	725,794	33,79
10	Orós	21.389	576,267	37,12
10	Catarina	18.745	486,861	38,50
10	Baixio	6.026	146,433	41,15
10	Ipaumirim	12.009	273,825	43,86
11	Aiuaba	16.203	2.434,41	6,66

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
11	Arneiroz	7.650	1.066,356	7,17
11	Independência	25.573	3.218,661	7,95
11	Poranga	12.001	1.309,253	9,17
11	Santa Quitéria	42.763	4.260,455	10,04
11	Catunda	9.952	783,192	12,71
11	Tamboril	25.451	2.000,767	12,72
11	Parambu	31.309	2.312,398	13,54
11	Ipaporanga	11.343	702,131	16,16
11	Monsenhor Tabosa	16.705	893,644	18,69
11	Quiterianópolis	19.921	1.040,984	19,14
11	Hidrolândia	19.325	927,377	20,84
11	Ipueiras	37.862	1.477,399	25,63
11	Novo Oriente	27.453	946,225	29,01
11	Ararendá	10.491	344,130	30,49
11	Nova Russas	30.965	742,764	41,69
11	Pires Ferreira	10.216	243,097	42,02
11	Ipu	40.296	629,312	64,03
12	Madalena	18.088	1.026,256	17,63
12	Paramoti	11.308	482,589	23,43
12	Caridade	20.020	846,500	23,65
12	Itatira	18.894	783,433	24,12
13	Senador Sá	6.852	423,917	16,16
13	Moraújo	8.070	415,631	19,42

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
13	Cariré	18.347	756,870	24,24
13	Coreaú	21.954	775,792	28,30
13	Santana do Acaraú	29.946	969,321	30,89
13	Forquilha	21.786	516,990	42,14
13	Reriutaba	19.455	383,316	50,75
13	Graça	15.049	281,871	53,39
13	Massapê	35.191	566,578	62,11
13	Groaíras	10.228	155,946	65,59
13	Frecheirinha	12.991	181,239	71,68
13	Mucambo	14.102	190,601	73,99
13	Alcântaras	10.771	138,60	77,71
13	Pacujá	5.986	76,128	78,63

Municípios com Menos de 50 mil Habitantes e Densidade Maior que 80habitantes/km²

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
1	Altaneira	6.856	73,30	93,54
2	São Benedito	44.178	338,243	130,61
3	Pindoretama	18.683	72,964	256,06
4	Jijoca de Jericoacoara	17.002	204,792	83,02
5	Paraipaba	30.041	300,919	99,83
5	São Luís do Curu	12.332	122,420	100,74
5	Paracuru	31.636	296,215	106,80
5	Itapagé	48.350	430,414	112,33
5	Uruburetama	19.765	107,566	183,75
6	Barreira	19.573	240,903	81,25
6	Acarape	15.338	160,30	95,69

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
6	Aratuba	11.529	114,784	100,44
6	Palmácia	12.005	117,813	101,90
6	Pacoti	11.607	109,586	105,92
6	Baturité	33.321	308,579	107,98
6	Redenção	26.415	225,592	117,09
6	Mulungu	11.485	95,580	120,16
8	Guaiúba	24.091	254,044	94,83
8	Itaitinga	35.817	151,436	236,52
8	Eusébio	46.033	79,008	582,64
13	Meruoca	13.693	149,844	91,38
13	Varjota	17.593	179,396	98,07

Municípios com Mais de 50 mil Habitantes e Densidade Menor que 80habitantes/km²

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
2	Viçosa do Ceará	54.955	1.311,620	41,90
2	Tianguá	68.892	908,883	75,80
3	Cascavel	66.142	837,321	78,99
3	Aracati	69.159	1.247,301	55,45
4	Granja	52.645	2.698,104	19,51
4	Acaraú	57.551	842,56	68,31
4	Camocim	60.158	1.139,206	52,81
5	Trairi	51.422	925,717	55,55
5	Itapipoca	116.065	1.603,654	72,38
7	Limoeiro do Norte	56.264	751,834	74,84
7	Morada Nova	62.065	2.779,231	22,33
7	Russas	69.833	1.591,281	43,88
9	Quixeramobim	71.887	3.330,068	21,59
9	Quixadá	80.604	2.019,822	39,91
10	Acopiara	51.160	2.265,32	22,58

10	Icó	65.456	1.872,003	34,97
11	Tauá	55.716	4.009,271	13,90
11	Crateús	72.812	2.988,290	24,37
12	Boa Viagem	52.498	2.836,764	18,51
12	Canindé	74.473	3.218,462	23,14

Municípios com Mais de 50 mil Habitantes e Densidade Maior que 80 habitantes/km²

Território	Municípios do Ceará	População em 2010	Área	Densidade
1	Barbalha	55.323	599,307	92,31
1	Crato	121.428	1.157,914	104,87
1	Juazeiro do Norte	249.939	248,223	1.006,91
8	Horizonte	55.187	159,979	344,96
8	Pacajus	61.838	254,477	243,00
8	Pacatuba	72.299	145,077	498,35
8	Aquiraz	72.628	482,566	150,50
8	Maranguape	113.561	590,886	192,19
8	Maracanaú	209.057	111,334	1.877,75
8	Caucaia	325.441	1.223,796	265,93
8	Fortaleza	2.452.185	314,927	7.786,52
10	Iguatu	96.495	1.017,089	94,87
13	Sobral	188.233	2.122,885	88,67

ALINHAMENTO PPA NACIONAL, PPA CEARÁ E PDRSS

Macrodesafio 1: Dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento, apoiado no avanço científico e tecnológico, de forma a minimizar as desigualdades regionais e assegurar a continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o papel fundamental da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária e das populações tradicionais do Brasil Rural - responsáveis pela geração de cerca de 70% do volume de alimentos do país - no projeto de desenvolvimento nacional; • Gerar e disseminar tecnologias apropriadas à realidade da agricultura familiar, por meio de uma matriz tecnológica limpa e de autonomia dos produtores, gerando ganhos de produtividade e soberania alimentar; • Promover o aumento da renda da agricultura familiar, pelo apoio à produção e à comercialização, e garantir distribuição de terra e segurança jurídica fundiária como instrumentos eficazes na melhor distribuição da riqueza e da renda no Brasil Rural; • Inovar na formulação de políticas para a agricultura familiar e para a reforma agrária, observando as diferenças concretas dessas políticas por biomas e por territórios, no que se refere aos aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e de logística; • Gerenciar e regular a estrutura fundiária brasileira para que cumpra a função social da terra, ofertando alimentos, energia, conservando a biodiversidade, promovendo a paz no campo em consonância com o Projeto Nacional de Desenvolvimento; • Consolidar a abordagem territorial como estratégia de formulação, implementação, integração e avaliação de políticas públicas, enunciando uma “terceira geração de políticas públicas” para a agricultura familiar, como políticas apropriadas à agricultura familiar, integradas e aplicadas em conformidade com as realidades territoriais; • Promover a autonomia econômica das mulheres rurais através da inclusão das trabalhadoras rurais na gestão econômica, no acesso a recursos naturais e à renda, ampliando e qualificando as políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar as ações existentes que incentivem a expansão de projetos agroecológicos no Ceará rural, assim como também a Regulamentação da Lei Estadual nº 13.523, que criou em 2004 o Programa de Incentivo à agricultura orgânica; • Implementação do sistema de certificação visando à garantia da qualidade de produtos com redução das taxas ou isenção das mesmas para agricultores de base familiar; apoio a implementação de sistemas de certificação e expedição (SIE, SIM, SIF e SUASA); • Potencializar o Programa Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), o Programa Estadual do Biodiesel, o Programa Hora de Plantar, o Projeto São José Produtivo III, o Programa Cisterna de Placas; o Programa de Manejo e Conservação de Solo, o Programa de Distribuição e Instalação de Medidores Horosazonais; Programa Irrigação na Minha Propriedade; • Apoiar a elaboração de uma Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER) voltada para as necessidades da agricultura familiar, considerando a concepção de desenvolvimento que pauta a temática; • Criar dinâmicas econômicas que primam pelos princípios da economia solidária e que promovam no seio da Agricultura Familiar a autonomia e cooperação social e econômica de mulheres e homens, de jovens e idosos, considerando as riquezas locais.

Macrodesafio 2: Superar a extrema pobreza e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none">• Promover a inovação das estratégias das políticas públicas de agricultura familiar e da reforma agrária - que retiraram milhões de homens e mulheres da extrema pobreza no Brasil Rural, nos últimos anos - para incluir o público que ainda se encontra em situação de pobreza extrema, por meio da inclusão produtiva, integração de políticas sociais e garantia de direitos.• Adequar a abordagem específica para as populações em situação de pobreza extrema à realidade de cada território do Brasil Rural, articulando-a nas demais políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável, para incluir essas famílias em um circuito dinâmico de produção e renda.• Considerar a multidimensionalidade da pobreza extrema observando a maior intensidade entre mulheres, negros e negras rurais e a necessidade de abordagem específica nas políticas de promoção da cidadania, de inclusão produtiva e de garantia de acesso a bens e serviços.	<ul style="list-style-type: none">• Ajustar às políticas públicas de combate a extrema pobreza no Ceará Rural, considerando as especificidades e singularidades inerentes aos territórios, possibilitando a inclusão social e produtiva das famílias em Programas mitigadores da situação de miséria;• Incentivar ações ou iniciativas existentes direcionadas ao um modelo de desenvolvimento que considere a diversidade das necessidades dos indivíduos que vivam abaixo da linha da pobreza como alimentação, educação, trabalho e renda;• Criar instrumentos de monitoramento e acompanhamento que dêem conta do mapa da pobreza rural com o objetivo de orientar as políticas públicas existentes de forma contundente.

Macrodesafio 3: Propiciar o acesso da população brasileira à educação, conhecimento, cultura e esportes com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none">• Adequar as políticas de educação, esporte e de construção e difusão de conhecimento ao saber-fazer das populações rurais, em acordo com as distâncias, identidades, culturas e linguagens do Brasil Rural. Garantia do direito à educação no campo para a população rural;	<ul style="list-style-type: none">• Promover políticas de formação educacional no meio rural, por meio, de Programas existentes voltados para educação em assentamentos, reassentamento e comunidades tradicionais respeitando as singularidades e especificidades locais, a exemplo das Escolas Profissionalizantes, do PROJovem campo dentre outros.

Macrodesafio 4: Promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à saúde, previdência e assistência social.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none">• Garantir dignidade às famílias rurais, assegurando-lhes direitos no regime geral de previdência social do país e uma seguridade especial na agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária;• Universalizar o acesso à saúde e assistência social, fortalecendo a ampliando a rede de infraestrutura e equipamentos públicos destinados ao atendimento social e ampliação do Estado na reprodução da vida social e do trabalho doméstico e de cuidados das populações rurais;	<ul style="list-style-type: none">• Conceber uma agenda que favoreça uma Política de assistência social ampliando a proteção de forma abrangente para a população da zona rural beneficiando a todos aqueles e aquelas que não conseguem ser protegidos socialmente pela previdência;• Ampliar o atendimento a saúde básica na zona rural, descentralizando o seu acesso; incentivando ainda a articulação do uso do conhecimento das práticas naturais ao da medicina científica, valorizando e reconhecendo o saber popular e tradicional.

Macrodesafio 5: Fortalecer a cidadania, respeitando a diversidade das relações humanas, promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none">• Garantir a efetivação dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais e a plena cidadania no Brasil Rural, com a ampliação de políticas de fortalecimento às ações afirmativas e maior aplicação de recursos públicos na implementação de políticas universais.• Promover a igualdade gênero para que mulheres que sejam sujeitos e beneficiárias de todas as políticas públicas ofertadas pelo Estado, levando em consideração a diversidade interna das mulheres rurais (extravestidas, quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, etc)• Incorporar as dimensões geracional, de raça e etnia, com participação efetiva do Estado e da sociedade civil, recuperando estruturas adequadas e instituições públicas e garantindo que todas as ações sejam democráticas e transparentes.• Promover a superação das desigualdades e das injustiças sociais tendo como ponto central o compromisso ético e político de combater a pobreza e a miséria, com distribuição qualitativa equitativa das riquezas socialmente produzidas.	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a participação e o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas, a exemplo das políticas de Saúde, educação do campo e habitação rural promovendo a implementação de ações que dêem visibilidade às questões relativas à saúde da mulher;• Apoiar as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas rurais, reconhecimento e valorizando seus saberes na efetivação do desenvolvimento rural com equidade.

Macrodesafio 6: Expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do território Nacional e do país com a América do Sul.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar, modernizar e realocar a infraestrutura dos serviços públicos necessários ao fortalecimento da agricultura familiar e outros empreendimentos rurais familiares, dando maior garantia ao escoamento da produção, acesso a tecnologias adaptadas e competitividade no mercado; • Integrar os mecanismos de planejamento territorial do rural e do urbano, buscando maior efetividade das políticas públicas; • Ampliar a presença do Estado na reprodução da vida e bem-estar garantindo infra-estrutura para equipamentos públicos voltados à socialização dos cuidados e do trabalho doméstico • Aprofundar a integração da agricultura familiar no Mercosul; 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencializar as políticas públicas existentes voltadas para a comercialização dos produtos de base familiar; • Promover espaços públicos na perspectiva de divulgar cada vez mais as tecnologias sociais existentes na construção de um desenvolvimento rural sustentável; • Garantir estruturas públicas existentes nos territórios que venham somar a sedimentar a agricultura familiar.

Macrodesafio 7: Fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação participativos de todas as políticas do MDA, que terão indicadores de esforço e resultados publicizados. • Fortalecer as instâncias territoriais e locais de participação social, desenvolvendo um sistema de gestão participativa para o Brasil Rural, a partir da experiência dos Territórios da Cidadania e dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, articulados com o Condraf. • Garantir que o diálogo entre Estado e sociedade civil seja democratizado ampliando a representação das mulheres nas instâncias colegiadas, conferências e demais espaços de participação social e ampliando a capacidade de proposição e acompanhamento das políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações previstas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), concebendo-as como uma estratégia imprescindível no desenvolvimento sustentável da agricultura, respeitando à execução, o monitoramento e avaliação dos Planos; • Fortalece os Colegiados Territoriais em todas as suas instâncias, disseminando o conceito e a dimensão Territorial com as demais Secretarias do Governo do Estado,

Macrodesafio 8: Preservar a integridade e a soberania nacional, participando ativamente dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento do mundo

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a paz no campo por meio da redução dos conflitos fundiários e da garantia dos direitos das mulheres, dos povos e comunidades tradicionais residentes no meio rural brasileiro. • Garantir soberania alimentar pela produção de alimentos da agricultura familiar e da reforma agrária, reconhecendo o papel das mulheres na produção e preparação dos alimentos; • Gerir efetivamente a malha fundiária nacional, em articulação com outros órgãos e pactuação federativa, garantindo o assentimento do território nacional como elemento da soberania do país. • Aprofundar a cooperação técnica e financeira com os países comprometidos com o reconhecimento e apoio a agricultura familiar e das populações tradicionais, especialmente estimulando o diálogo sul-sul e particularmente com a África. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar o Programa de Reordenamento Fundiário previsto como uma das ações da Diretriz “Terra para Todos” do DPG.

Macrodesafio 9: Promover a segurança e a integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz.

No Brasil Rural	No Ceará Rural
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir os direitos das mulheres em situação de violência sexista e doméstica e promover ações de prevenção e enfrentamento • Promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais residentes no meio rural brasileiro • Garantir a integridade das cidadãs e dos cidadãos no Brasil Rural pela implementação de políticas públicas afirmativas, com a efetividade dos demais instrumentos de geração e distribuição de renda e riqueza e pela implantação e intensificação de ações de proteção social e da justiça itinerante no meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidade as ações de reconhecimento das comunidades tradicionais existentes no Estado, reconhecendo suas existências e elaborando políticas públicas específicas a cada uma delas; • Elaborar políticas que garantam a permanência do jovem no meio rural, reconhecendo sua importância na continuidade da existência das culturas locais, vendo-os como ator definidor da existência da vida rural.

ANEXO 5

PROGRAMAS DO PPA NACIONAL

Programa	2012 - Agricultura Familiar
Tipo de Programa	Temático
Macrodesafio	Dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento
Eixo	Desenvolvimento Econômico
Órgão	Objetivo
0411 - MDA	Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços
0412 - MDA	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais
0413 - MDA	Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis
0759 - MDA	Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e a renda, da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar
0760 - MDA	Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação
0761 - MDA	Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
Tipo de Programa	Temático
Macrodesafio	Superar a pobreza extrema
Eixo	Desenvolvimento Social e Erradicação da Miséria

Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
Órgão	Objetivo
0789 - MI	Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território
0790 - MI	Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável
0791 - MDIC	Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais
0792 - MI	Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias
0793 - MMA	Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico - Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial
0840 - MI	Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva
0977 - MDA	Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração
0978 - MDA	Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural
0979 - MDA	Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza
0980 - MDA	Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural
0981 - MDA	Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas
0982 - MTE	Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento
0983 - MTE	Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário

Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Tipo de Programa	Temático
Macrodesafio	Superar a pobreza extrema
Eixo	Desenvolvimento Social e Erradicação da Miséria
Órgão	Objetivo
0418 - MDA	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública
0419 - MDA	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parcerias com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas e tradicionais, povos indígenas e contribuir para o combate da pobreza no meio rural
0420 - MDA	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural
0421 - MDA	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural
0422 - MDA	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária
0423 - MDA	Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, garantindo o efetivo acesso as políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e miséria
0735 - MDA	Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural

ANEXO 6

PRINCIPAIS AÇÕES DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA PRIORIZADAS NAS OFICINAS DO PPA 2012 - 2015 POR MACRORREGIÃO

Macrorregião Cariri/Centro Sul - Sede da Oficina: Icó

RANKING	AÇÃO
1ª	Aperfeiçoar o incremento dos APLs nas cadeias produtivas prioritárias para a Agricultura Familiar.
2ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia
3ª	Desenvolver estudos para reestruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - Ematerce
4ª	Aplicar a tarifa noturna da energia rural durante o período do dia
5ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada
6ª	Propor a lei estadual que institui a Política Estadual de ATER, e a elaboração do Programa Estadual de ATER
7ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar
8ª	Buscar a universalização do serviço de ATER
9ª	Assegurar a continuidade do Programa de Escolas Profissionalizantes no meio rural
10ª	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra

Macrorregião Cariri/Centro Sul - Sede da Oficina: Juazeiro do Norte

RANKING	AÇÃO
1ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
2ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
3ª	Criar um programa de aproveitamento do potencial turístico rural, ecológico e religioso.
4ª	Assegurar a continuidade do processo de apoio ao desenvolvimento territorial com foco no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.
5ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
6ª	Planejar a transformação das experiências exitosas de convivência com o Semiárido em política pública de Estado.

7ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental para os agricultores familiares que desenvolvam práticas produtivas com sustentabilidade sócioambiental.
8ª	Desenvolver estudos para reestruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - Ematerce.
9ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
10ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.

Macrorregião Cariri/Centro Sul - Sede da Oficina: Brejo Santo

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Desenvolver estudos para reestruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - Ematerce.
3ª	Propor a regulamentação da Lei Estadual nº 13.523, de 2004, que criou o Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica.
4ª	Formar profissionais para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, comprometidos com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
5ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
6ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
7ª	Buscar a universalização do serviço de ATER.
8ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
9ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
10ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.

Macrorregião Cariri/Centro Sul - Sede da Oficina: Iguatu

RANKING	AÇÃO
1ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento
2ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
3ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental
4ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.

5ª	Desenvolver estudos para reestruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
6ª	Criação do Centro de Abastecimento e Comercialização da Agricultura Familiar.
7ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras
8ª	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra.
9ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
10ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura

Macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe - Sede Da Oficina: Jaguaribe

RANKING	AÇÃO
1ª	Garantir permanência do Programa de Regularização Fundiária.
2ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
3ª	Estudar a criação de mecanismos que estimulem a recuperação de áreas degradadas.
4ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
5ª	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra.
6ª	Apoiar criação da Política Governamental de apoio à criação e fortalecimento das Escolas Familiares Agrícolas.
7ª	Apoiar a produção de base familiar para os processos de padronização, apresentação e certificação voltados para a organização da produção e da comercialização dos produtos.
8ª	Universalização e aperfeiçoar o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.
9ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar. 21. Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos. 23. Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
10ª	Assegurar a continuidade do Programa de Escolas Profissionalizantes no meio rural.

Macrorregião Sertão dos Inhamuns - Sede da Oficina: Tauá

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Estudar a criação de mecanismos que estimulem a recuperação de áreas degradadas.
3ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.

4ª	Fortalecimento do sistema de Extensão rural do Estado.
5ª	Ampliação e aperfeiçoamento do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.
6ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental para os agricultores familiares que desenvolvam práticas produtivas com sustentabilidade sócioambiental.
7ª	Formar profissionais para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, comprometidos com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
8ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
9ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
10ª	Fortalecer a Câmara Técnica de Assistência Técnica e Extensão rural - ATER, no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDR.

Macrorregião Sertão Dos Inhamuns - Sede Da Oficina: Crateús

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
2ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
3ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
4ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
5ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
6ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
7ª	Aperfeiçoar e estimular programas de conservação de fertilidade dos solos e recuperação de áreas degradadas.
8ª	Apoiar a produção de base familiar para os processos de padronização, apresentação e certificação dos produtos.
9ª	Propor a regulamentação da Lei Estadual nº 13.523, de 2004, que criou o Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica.
10ª	Assegurar a continuidade do Programa de Escolas Profissionalizantes no meio rural.

Macrorregião Sertão Central - Sede da Oficina: Mombaça

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.

2ª	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra.
3ª	Formar profissionais para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, comprometidos com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
4ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financia voltados para a organização da produção e da comercialização.
5ª	Ampliar o sistema de saneamento básico no meio rural.
4ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
7ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
8ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
9ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
10ª	Aperfeiçoar o Programa de Inclusão Digital no meio rural.

Macrorregião Sertão Central - Sede da Oficina: Quixeramobim

RANKING	AÇÃO
1ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financia voltados para a organização da produção e da comercialização.
2ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
3ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
4ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
5ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
6ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
7ª	Apoiar a produção de base familiar para os processos de padronização, apresentação e certificação dos produtos.
8ª	Ampliar os investimentos em estruturas de armazenamento e transporte da produção.
9ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
10ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.

Macrorregião Sobral/Ibiapaba - Sede da Oficina: Tianguá

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental para os agricultores familiares que desenvolvam práticas produtivas com sustentabilidade sócioambiental.
2ª	Propor a criação da lei estadual de cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
3ª	Estudar a criação de cursos de formação de Técnicos Agrícolas em: Agroecologia e Desenvolvimento Territorial e Ambiental, nas escolas de educação profissional do Estado.
4ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
5ª	Revitalização dos Engenhos e Casas de Farinha na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar com beneficiamento da cana de açúcar e mandioca e turismo rural.
6ª	Reativação das escolas agrícolas existentes, com funcionamento tipo escola-família / EFAs Captação de recursos para revitalizar (funcionar).
7ª	Projeto de equipamentos sociais nos assentamentos federais e estaduais.
8ª	Requalificação do sistema CEASA que hoje se encontra defasado.
9ª	Revitalização da EMATER através de concurso público
10ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo

Macrorregião Sobral/Ibiapaba - Sede Da Oficina: Sobral

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
3ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
4ª	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra.
5ª	Propor a regulamentação da Lei Estadual nº 13.523, de 2004, que criou o Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica.
6ª	Estudar a criação de mecanismos que estimulem a recuperação de áreas degradadas.
7ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
8ª	Aperfeiçoar o incremento dos APLs nas cadeias prioritárias para a Agricultura Familiar.

9ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
10ª	Capacitação e qualificação de produtores rurais, levando em conta as potencialidades locais.

Macrorregião Baturité - Sede da Oficina: Baturite

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Transformação do Território Rural do Maciço de Baturité em Território da Cidadania (Governo Federal).
3ª	Apoiar criação da Política Governamental de apoio à criação e fortalecimento das Escolas Familiares Agrícolas
4ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do estado com destaque para o PPA e o governo.
5ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo no meio rural.
6ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
7ª	Apoiar e Incentivar às Feiras da Agricultura Familiar com calendário definido - Construção de Parques de Exposição - Criar mecanismos de cooperação governo do Estado - Conab para fortalecimento de políticas públicas de preço mínimo. - Garantia de preço mínimo - Implantar Programa de Compras Governamentais - Consórcio de merenda escolar dentro da região - Garantia de preço para produtores oriundos da Agricultura Familiar - Criação de centrais de abastecimento - Incentivo aos negócios não agrícolas (Artesanato).
8ª	Criação de um programa de regularização fundiária nos municípios do Maciço.
9ª	Organização dos produtores e da produção (formal, venda coletiva) associativa / cooperativa, garantia de preços justos - Fortalecer o cooperativismo e associativismo para facilitar o acesso ao crédito - Incentivar os empreendimentos da economia solidária - Incentivar a criação e o fortalecimento das cooperativas de crédito e fomentar as organizações para trabalharem com o micro crédito, priorizando as que apoiam projetos de geração de renda - Capacitação de gestores para gerir Associações e Cooperativas.
10ª	Assegurar a continuidade do Programa de Escolas Profissionalizantes no meio rural.

Macrorregião Sertão Central - Sede da Oficina: Canindé

RANKING	AÇÃO
1ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
2ª	Apoio à comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, através de políticas de preço mínimo, fortalecimento da infra-estrutura e apoio às compras governamentais.

3ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
4ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
5ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
6ª	Criar um programa de aproveitamento do potencial turístico rural, ecológico e religioso.
7ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
8ª	Ampliar o sistema de saneamento básico no meio rural.
9ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
10ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.

Macrorregião Litoral Oeste - Sede da Oficina: Camocim

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
2ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
3ª	Estimular novas alternativas de produção e tecnologia sustentável, baseadas na pesca artesanal e extrativista.
4ª	Agilização do Programa de Regularização Fundiária.
5ª	Promover a conscientização e organização dos pescadores/ Zoneamento das áreas de pesca e ordenamento das artes de pesca/ Capacitação dos pescadores/ Descentralização da fiscalização.
6ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
7ª	Implantação de programas para fortalecimento das cadeias produtivas, do coco, mandioca, carnaúba, banana, com destaque para a cajucultura.
8ª	Garantir permanência do Programa de Regularização Fundiária.
9ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
10ª	Apoio e promoção de programas de formação e capacitação dos agricultores e agricultoras familiares da região.

Macrorregião Litoral Oeste - Sede da Oficina: Itapipoca

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
2ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
3ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
4ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
5ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
6ª	Ampliar o sistema de saneamento básico no meio rural.
7ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
8ª	Aperfeiçoar o programa de formação de reserva estratégica para alimentação animal.
9ª	Propor a criação da lei estadual de cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
10ª	Fortalecer a Câmara Técnica de Assistência Técnica e Extensão rural - ATER, no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDR.

Macrorregião Região Metropolitana de Fortaleza - Sede da Oficina: Fortaleza

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
2ª	Apoiar a produção de base familiar para os processos de padronização, apresentação e certificação dos produtos.
3ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
4ª	Reestruturar e revitalizar as escolas técnicas agrícolas do Estado.
5ª	Concurso público para extensionistas na agricultura familiar.
6ª	Aumento dos recursos orçamentários destinados ao setor primário, com prioridade para agricultura familiar.
7ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
8ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
9ª	Estudar a criação de cursos de formação de Técnicos Agrícolas em: Agroecologia e Desenvolvimento Territorial e Ambiental, nas escolas de educação profissional do Estado.

10ª	Inclusão de municípios da Região Metropolitana na delimitação do semi-árido.
-----	--

Macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe - Sede da Oficina: Aracati

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
3ª	Buscar implantar mecanismos para o cumprimento da legislação para a educação do campo (Art 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN).
4ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
5ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
6ª	Ampliar o uso de energias alternativas.
7ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do Estado com destaque para o PPA e o governo
8ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento,
9ª	Criar um programa de aproveitamento da infra-estrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
10ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.

ANEXO 7

“COMPROMISSOS REGIONAIS” MAIS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PPA 2012-2015

MACRORREGIÃO 1 - Região Metropolitana de Fortaleza

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
1 - Fortalecimento dos recursos humanos e logísticos dos sistemas de segurança, justiça e defensoria, com foco nas áreas rurais e urbanas, integrando aos sistemas de educação, saúde, geração de emprego e renda, com a participação social, na busca da pacificação da sociedade, enfrentamento às drogas lícitas e ilícitas e prevenção de acidentes, no intuito da valorização da vida e da família na Região Metropolitana de Fortaleza.	SSPDS, SEJUS, SESA, STDS, SEDUC Articulação - Conselhos Comunitários, Conselhos de Políticas Públicas e Sociedade Civil Organizada
2 - Desenvolvimento sustentável oportunizando ao jovem a inserir no mercado de trabalho a partir do fortalecimento de políticas de educação de jovens e adultos, formação profissional e inclusão, com a ampliação da infraestrutura e valorização dos profissionais.	SEDUC, STDS, SECITECE Articulação - IDT
3 - Fortalecimento dos sistemas micro e macro de saúde da região Metropolitana, priorizando financiamento para o custeio bem como investimentos para os níveis de atenção primária, secundária e terciária e viabilização de ações intersetoriais com o foco no controle social do SUS, saúde do trabalhador e prevenção ao uso das drogas.	SESA, STDS, SSPDS Articulação - Conselhos de Políticas Públicas

MACRORREGIÃO 2 - Litoral Oeste

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
CAMOCIM	
1 - Fortalecer os recursos humanos e logísticos do sistema de segurança pública, justiça e defensoria, integrando aos sistemas de educação, saúde, assistência psicossocial, cultura e esporte com participação da comunidade na busca da pacificação social, combate as drogas lícitas e ilícitas, prevenção e recuperação de situações diversas, no intuito da valorização da vida e das famílias na região de Litoral Oeste.	SSPDS, DPGE, SEJUS, SEDUC, STDS, SESA, SECULT, SESPORTE
2 - Investimentos para a geração de emprego com incentivos à implantação de um Pólo Industrial na Macrorregião	CEDE, STDS, SEDUC, SEINFRA, SSPDS, Articulação - Conselhos de Política Públicas, IDT

3 - Desenvolvimento da Região com Projetos que promovam as cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aqüicultura sustentáveis com ATER/TEPA periódicas, sem esquecer os cursos de capacitação, contemplando a regularização fundiária e tendo como infraestrutura a dragagem do porto de Camocim e aproveitamento das águas continentais dos açudes.	SDA, SETUR, SEPECA, SEINFRA, SRH
ITAPIPOCA	
1 - Integrar as ações de Segurança, Justiça, Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte em políticas públicas, com a participação social (Fóruns) voltadas a valorização da vida e da família da Região do Litoral Oeste.	SSPDS, DPGE, SEJUS, SEDUC, STDS, SESA, SECULT, SESPORTE Articulação - Conselhos de Política Públicas
2 - Fortalecimento do sistema microrregional com foco na melhoria da atenção primária com a parceria do Estado, com a implementação e efetivação dos serviços com base na AMQ e implementação da CAPS nos municípios pólo e ações intersetoriais para o saneamento ambiental	SESA, SCIDADES
3 - Ampliar e implementar políticas públicas que apoiem o cidadão, promovendo a inclusão social através da acessibilidade ao lazer, esporte, cultura e capacitação profissional, prevenindo e combatendo o avanço do uso de drogas na região.	SESPORTE, SECULT, STDS, SSPDS, SEDUC

MACRORREGIÃO 3 - Sobral / Ibiapaba

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
SOBRAL	
1 - Integrar a malha viária da região	SEINFRA
2 - Fortalecer o sistema macro e microrregional norte da saúde, com foco na atenção de média e alta complexidade, em meio a ações intersetoriais que impactem na promoção e proteção à saúde (LACEN, SVO e combate às drogas) além da co-participação do Estado no fortalecimento da atenção básica e no avanço das ações de educação em saúde, através da Escola de Saúde da Família Visconde de Sabóia.	SESA
3 - Fortalecer os recursos humanos e logísticos do sistema de segurança pública, defensoria e justiça, nas áreas urbanas e rurais, integrado aos sistemas de educação, saúde, assistência social, com participação popular, na busca da pacificação social, prevenção de desastres, combate as drogas no intuito da valorização da vida e das famílias na região de Sobral	SSPDS, SEDUC, DPGE, SEJUS, STDS, SEDUC, SESA
TIANGUÁ	
1 - Implantar a Universidade Federal da Ibiapaba para garantir o acesso ao ensino superior	SECITECE
2 - Garantir a resolutividade da atenção a saúde de média complexidade com ações intrasetoriais prioritariamente voltadas ao combate às drogas, acidentes de trânsito e meio ambiente.	SESA, SSPDS, SEJUS, SEINFRA CONPAM

<p>3 - Fortalecer os recursos humanos e logísticos dos sistemas de Segurança, Defensoria e Justiça, através da descentralização das ações nas áreas urbanas e rurais, integrado aos sistemas de educação, esporte, lazer, saúde, assistência social e geração de emprego e renda, na busca da pacificação social, prevenção de desastres, combate às drogas na busca da valorização da vida e das famílias na região da Ibiapaba</p>	<p>SSPDS, SEDUC, DPGE, SEJUS, STDS, SEDUC, SESA</p>
---	---

MACRORREGIÃO 4 - Sertão dos Inhamuns

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
CRATEÚS	
<p>1 - Fortalecer o sistema de segurança pública, defensoria e justiça integrada aos sistemas de educação, trabalho e assistência social.</p>	<p>SSPDS, DPGE, SEJUS, SESA, SEDUC, STDS, SECULT, ADECE Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenv. Social e Combate à Fome, Educação, Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação) e Conselhos</p>
<p>2 - Promover o desenvolvimento sustentável através de políticas específicas para o semi árido dos sertões de Crateús e Inhamuns, pela otimização dos recursos naturais (vocação agrícola, energia solar, minério) e, pela implantação da Universidade do Semi-árido.</p>	<p>SRH, CONPAM, SEINFRA, SECITECE, STDS, SDA</p>
<p>3 - Promover o acesso ao ensino público superior através da construção da Universidade Estadual Vale do Rio Poti, ampliando a oferta e a diversidade de cursos, inserindo a população mais carente no mercado de trabalho, possibilitando a ampliação e a geração de emprego e renda.</p>	<p>SECITECE, STDS</p>
TAUÁ	
<p>1 - Melhorar os indicadores de aprendizagem e da infraestrutura física das escolas públicas municipais e estaduais, no padrão MEC, e do <i>campus</i> da UECE, através do fortalecimento do regime de colaboração entre Estado e Municípios, com políticas públicas de valorização e qualificação dos profissionais da educação, instituição de escolas de tempo integral e criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>) nas diversas áreas, especialmente nas humanas, saúde e tecnologia no âmbito da UECE”.</p>	<p>SEDUC, SECITECE, SEPLAG Articulação - Ministério da Educação e Secretarias Municipais de Educação</p>
<p>2 - Fortalecer o Sistema de Segurança Pública, Defensoria e Justiça, integrado aos Sistemas de Educação e Saúde, buscando a pacificação social, combate às drogas, tudo pela valorização da vida e da família na Região dos Inhamuns.</p>	<p>SSPDS, DPGE, SEJUS, SESA SEDUC, STDS, SECULT Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenv. Social e Combate à Fome, Educação, Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação) e Conselhos</p>

<p>3 - Fortalecer e ampliar a política de saúde nos níveis da atenção básica e secundária, dando ênfase à educação permanente para os trabalhadores da saúde no âmbito regional.</p>	<p>SESA</p>
---	-------------

MACRORREGIÃO 5 - Sertão Central

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
CANINDÉ	
<p>1 - Implantar uma Universidade pública nos Sertões de Canindé.</p>	<p>SECITECE Articulação - Governos Municipais (consórcios).</p>
<p>2 - Fortalecimento dos recursos humanos e logísticos dos sistemas de segurança, justiça e defensoria pública, nas áreas urbanas e rurais, integrando os sistemas de educação, saúde e assistência social, com a participação social, na busca da pacificação social, combate a drogas lícitas e ilícitas, prevenção de situações diversas, tudo no intuito da valorização da vida e a da família da região central.</p>	
<p>3 - Desenvolvimento territorial urbano e rural com foco na geração de emprego, capacitação e renda.</p>	<p>SECIDADES, SDTS, CEDE, SDA, SEDUC, SESA, SECULT, SESPORTE, SETUR, ONPAM, SSPDS Articulação - ONGS, Gestores Municipais, Sindicatos ,FederaçõesAssociações, Movimentos Sociais, Igreja, Estado</p>
MOMBAÇA	
<p>1 - Fortalecer o Sistema de Segurança Pública, Defensoria e Justiça e descentralização de atuação nas áreas urbana e rural, integrado as políticas sócio-econômicas para pacificação social, combate às drogas, na busca da valorização da vida na região sertão-central. e Política para juventude, voltada para geração de emprego e renda, fortalecendo a segurança pública e o apoio a família no combate as drogas.</p>	<p>SSPDS, DPGE, SEJUS, SESA, SEDUC, STDS, SECULT Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenv. Social e Combate à Fome, Educação, Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação) e Conselhos</p>
<p>2 - Ampliar a política educacional que melhore a democratização do ensino: educação básica e superior.</p>	<p>SEDUC, SECITECE</p>

<p>3 - Garantir o desenvolvimento das cadeias produtivas (apicultura, hortifruticultura, bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura, oleaginosas, avicultura, piscicultura) que são potenciais no Território, com assistência técnica e extensão rural universalizadas e permanente, que tenha como base os princípios da agroecologia e a sustentabilidade ambiental.</p>	<p>SDA, SEPESCA, SEMACE, ADECE Articulação - refeições, ONG's (Associações, Assentados, sindicatos), Igrejas, Ministério Público, Secretarias Municipais de Educação e CONDEMAS</p>
<p>QUIXERAMOBIM</p>	
<p>1- Assegurar a oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica nas diversas modalidades na região do Sertão Central.</p>	<p>SEDUC, SECITECE</p>
<p>2 - Criar fundo de investimento para melhoria da saúde em relação aos recursos humanos, estrutura física e equipamentos garantindo a governabilidade das instituições de saúde e valorização dos profissionais de saúde através de PCCS, Piso Salarial, Educação Permanente, Condições de trabalho e saúde do trabalhador.</p>	<p>SESA</p>
<p>3 - Fortalecer o Sistema de Segurança Pública, Defensoria e Justiça na infraestrutura humana e física, integrado aos Sistemas de Educação, Saúde e Desenvolvimento Econômico na busca da pacificação social, prevenção de desastres e combate às drogas, no sentido de valorização da vida e da família na Região Sertão Central</p>	<p>SSPDS, DPGE, SEJUS, SESA, SEDUC, STDS, SECULT Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenv. Social e Combate à Fome, Educação, Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação) e Conselhos</p>

MACRORREGIÃO 6 - Baturité

<p>COMPROMISSOS REGIONAIS</p>	<p>ÓRGÃO</p>
<p>BATURITÉ</p>	
<p>1. Fortalecimentos dos recursos humanos e logísticos do sistema de segurança, justiça e defensoria pública, nas áreas urbanas e rurais, integrando aos sistemas de educação e saúde com a participação da comunidade, na busca da pacificação social, combate às drogas lícitas e ilícitas, prevenção de situações diversas, no intuito da valorização da vida e da família do Maciço de Baturité.</p>	<p>SSPDS, SESA, SEDUC, SEJUS, DPGE Articulação - Conselhos Comunitários</p>
<p>2 - Fortalecimento do sistema regional de saúde nos níveis de atenção de primária, média e alta complexidade, priorizando a implantação do Hospital Regional e a intersetorialização de políticas públicas de controle e combate às drogas.</p>	<p>SESA, SSPDS, SESA, SEDUC, SEJUS, DPGE Articulação - Conselhos de Políticas Públicas</p>
<p>3 - Saneamento ambiental: água e esgoto para todo o Maciço de Baturité.</p>	<p>SESA, CAGECE, SEINFRA Articulação - FUNASA</p>

MACRORREGIÃO 7- Litoral Leste / Jaguaribe

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
ARACATI	
1- Fortalecimento da atenção a saúde através de uma rede regionalizada, que assegure recursos com suficiência para o nível primário, secundário, e terciário, com o foco no PDR, vislumbrando na construção do hospital Regional da Região Jaguaribana e litoral leste.	SESA
2- Desenvolvimento da agricultura familiar, e de médios produtores da pesca e aqüicultura de modo sustentável, através da revitalização dos órgãos de defesa agropecuária e ATER, criando projetos produtivos desde a implantação até a comercialização, como também ampliação da agroindústria, através da criação de mini fábricas para processamento dos produtos e aproveitamento dos subprodutos agropecuarios, da pesca e aqüicultura, tendo como .Estrutura básica a universalização da água, possibilitando assim um aproveitando melhor as propriedades e potencialidades da região.	SDA, SEPESCA, CEDE, SRH
3 - Implantação da UFRSA no Baixo Jaguaribe.	Articulação - UFRSA, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Câmara Federal, Secretaria de Educação, Ministério da Educação, Senado Federal, FIEC, Sindtextil, Igrejas etc.
JAGUARIBE	
1 - Redimensionar a regionalização da saúde com maior financiamento para as políticas públicas, incorporando Jaguaribe como Município Pólo.	SESA, 10ª Coordenadoria Regional de Saúde Articulação - Secretarias Municipais de Saúde e Ministério da Saúde
2 - Fomentar o desenvolvimento econômico regional, potencializando as riquezas locais com foco no investimento voltado à: indústria, comércio, questão agrária, agricultura, piscicultura, agropecuária e turismo.	CEDE, SETUR, SDA Articulação - Prefeituras
3 - Implementar ações intersetoriais de preservação e recuperação de áreas degradadas, com a criação de um espaço para educação e práticas ambientais, incluindo a produção e distribuição de mudas nativas.	SDA, SEMACE, CONPAM

MACRORREGIÃO 8 - Cariri / Centro Sul

COMPROMISSOS REGIONAIS	ÓRGÃO
BREJO SANTO	
<p>1 - Fortalecer a integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça com o Sistema de Educação, Saúde e Assistência Social, na busca da pacificação social, combate às drogas ilícitas, sobretudo para a valorização da vida na Região do Cariri.</p>	<p>SEDUC, SSPDS, SESA, STDS, SEJUS, DPGE Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação e Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação)</p>
<p>2 - Revitalizar a Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (eixo das águas), com dotação de infraestrutura elétrica e rodovias vicinais, desenvolvendo as cadeias de produção da: fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e a bovinocultura de leite assegurando a assistência técnica de fortalecimento de ATER's garantindo a participação dos agricultores nos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE), comercialização e acesso ao crédito desburocratizado para que possa alavancar o desenvolvimento sustentável da região.</p>	<p>SDA, SRH, STDS, SEINFRA Articulação - Bancos oficiais, Secretarias Municipais de Agricultura, CONAB, SEBRAE</p>
<p>3 - Fortalecer as ações do corpo de bombeiros e da saúde para o atendimento pré - hospitalar e a implantação, ampliação e funcionamento imediato dos leitos de UTI, garantindo leitos superiores à demanda, leitos de estabilização dos municípios, independente do número de habitantes, bem como a implantação do laboratório regional de saúde pública, do centro de zoonoses e o financiamento do Governo do Estado para o fortalecimento da atenção primária.</p>	<p>SSPDS, SESA Articulação - Secretarias Municipais de Saúde</p>
ICÓ	
<p>1 - Aproveitar e Ampliar os Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.</p>	<p>SDA, SRH, STDS Articulação - Bancos oficiais, Secretarias Municipais de Agricultura, CONAB, SEBRAE</p>
<p>2 - Fortalecer a integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça com o Sistema de Educação, Saúde e Assistência Social, na busca da pacificação social, combate às drogas ilícitas, sobretudo para a valorização da vida na Região do Cariri.</p>	<p>SEDUC, SSPDS, SESA, STDS, SEJUS, DPGE Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação e Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação).</p>
<p>3 - Fortalecer a Política de Saúde na Média e Alta Complexidade.</p>	<p>SESA Articulação - Ministério da Saúde, Secretarias Municipais da Saúde e Conselhos de Políticas Públicas</p>

IGUATU	
1 - Fortalecer e qualificar a atenção à saúde na média complexidade, desenvolvendo ações intersetoriais para urgência e emergência, dependentes químicos e avanços nas políticas de financiamentos (PPI na média); infraestrutura; implantação de unidades especializadas e da política e educação permanente em saúde capazes de atender ao desenvolvimento regional esperado.	SESA Articulação - Ministério da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Conselhos de Políticas Públicas
2 - Aproveitar o uso racional dos recursos hídricos, desburocratização na liberação de outorgas, regularização fundiária, infraestrutura elétrica e de estradas, assistência técnica sistemática e de qualidade, promovendo o desenvolvimento agropecuário, da pesca e do turismo da região.	SRH, SEINFRA, SETUR, SPA, SDA/EMATERCE Articulação - Secretarias Municipais de Agricultura, Educação, Saúde, Sindicato dos Trabalhadores, CMDS e Associações Comunitárias
3 - Fortalecer os recursos humanos e logísticos do sistema de segurança, defensoria e justiça, nas áreas urbanas e rurais, integrada aos sistemas de educação, saúde, esporte, lazer, trabalho e geração de emprego na busca da pacificação social, combate às drogas, prevenção de desastres, tudo no intuito da valorização da vida e da família da região centro-sul.	SSPDS, SEJUS, DPGE, STDA, SESPORTE, SECULT, SEDUC Articulação - Conselhos de Políticas Públicas
JUAZEIRO DO NORTE	
1 - Fortalecer a integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça com o Sistema de Educação, Saúde e Assistência Social, na busca da pacificação social, combate às drogas ilícitas, sobretudo para a valorização da vida na Região do Cariri.	SEDUC, SSPDS, SESA, STDS, SEJUS, DPGE Articulação - Ministérios da Saúde, Justiça, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação e Secretarias Municipais (Saúde, Assistência Social e Educação)
2 - Otimizar os recursos hídricos para estimular a produção, visando o fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo o terceiro setor, ações legislativas, educativas, fiscalização, integração da assistência técnica e crédito rural, assim como o canal de escoamento da produção através do equipamento implantado - CEASA.	SRH, SDA, STDS, CEDE Articulação - Ministério da Agricultura, Bancos Oficiais, Câmara de Vereadores
3 - Estruturar a cadeia produtiva do turismo na região.	SETUR, STDS, SECULT Articulação - Prefeituras Municipais, Geopark Araripe, SEBRAE e CDL

ANEXO 8

PROGRAMAS DO PPA ESTADUAL

Programa 028	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
Tipo de Programa	Temático Setorial
Área Temática	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA
Programa/Órgão	Objetivo
001-SDA	Incentivar o plantio para fimentar a atividade agrícola de base familiar e garantir uma renda mínima em caso de perda de safra
002-SDA	Apoiar as cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar, com a utilização de técnicas de proteção ambiental e agroecológicas, capacitação ao pequeno produtor de base familiar e implantação de estruturas produtivas
003-SDA	Apoiar as cadeias produtivas prioritárias da pecuária de base familiar com assistência técnica, implantação de estruturas produtivas e realização de eventos promocionais do setor agropecuário
004-SDA	Implantar projetos produtivos de irrigação por meio da estruturação hidráulica e energética para aumentar a produção com competitividade
006-SDA	Implantar projetos de infraestrutura e socioprodutivos visando apoiar o desenvolvimento da região do entorno do Açude Castanhão
007-SDA	Implantar projetos produtivos para fomentar a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar urbana e periurbana da RMF
008-SDA	Realizar ações de classificação e análise em produtos de origem vegetal para determinar sua qualidade com base nos padrões físicos e descritivos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento
009-SDA	Implementar tecnologias alternativas de convivência com o semiárido junto às comunidades rurais de agricultores(as) familiares, para a sustentação dos agroecossistemas, equilíbrio dos recursos naturais, promovendo a melhoria socioeconômica das famílias
010-SDA	Apoiar a produção associada ao turismo como forma de promover o desenvolvimento dos assentamentos e comunidades tradicionais
016-SDA	Implementar ações de apoio técnico e socioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares.
017-SDA	Implantar, ampliar e manter estrutura de apoio à comercialização de produtos agropecuários para o fortalecimento das diversas cadeias produtivas
005-EMATERCE	Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar

013-CEASA	Disponibilizar espaços físicos adequados para a comercialização de produtos hortigranjeiros, permitindo o escoamento da produção e o abastecimento dos municípios e Estado
012-ADAGRI	Desenvolver ações de defesa agropecuária para erradicar, prevenir e controlar doenças dos animais e doenças e pragas dos vegetais, em todo Estado do Ceará
015-FEDAF	Dar suporte financeiro para os projetos produtivos visando o fortalecimento da Agricultura Familiar

Programa 067	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL
Tipo de Programa	Temático Setorial
Área Temática	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA
Programa/Órgão	Objetivo
001-SDA	Apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados, a mobilização de movimentos sociais e do Poder Público no âmbito dos territórios rurais
002-SDA	Implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para agricultores(as) familiares visando apoiar o desenvolvimento nos 13 territórios rurais
004-IDACE	Reassentar famílias atingidas pelas obras de implantação de grandes empreendimentos estruturantes no Estado
005-IDACE	Realizar a regularização, reordenamento e redistribuição fundiária dos agricultores (as) familiares, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas

Programa 029	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL
Tipo de Programa	Temático Setorial
Área Temática	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA
Programa/Órgão	Objetivo
001-SDA	Adquirir produtos dos agricultores(as) familiares cearenses para distribuí-los às famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, contribuindo para o combate à fome e à pobreza rural
006-SDA	Realizar ações estruturantes para promover o desenvolvimento dos assentamentos, reassentamentos e comunidades tradicionais no meio rural
007-SDA	Melhorar as organizações sociais das comunidades, contribuindo com a permanência das famílias no campo através dos benefícios da arte e cultura, leitura e da inclusão digital no meio rural

008-SDA	Viabilizar o acesso a terra, moradia e estrutura básica produtiva para beneficiar famílias com necessidade de inclusão social no meio rural
010-SDA	Apoiar a implementação do curso de agropecuária em escolas profissionalizantes, voltado para a educação do campo, na perspectiva agroecológica, considerando o desenvolvimento sustentável
011-SDA	Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado
009-EMATERCE	Realizar ações de inclusão produtiva e social por meio do serviço de ATER, com vistas à erradicação da extrema pobreza rural no Estado do Ceará

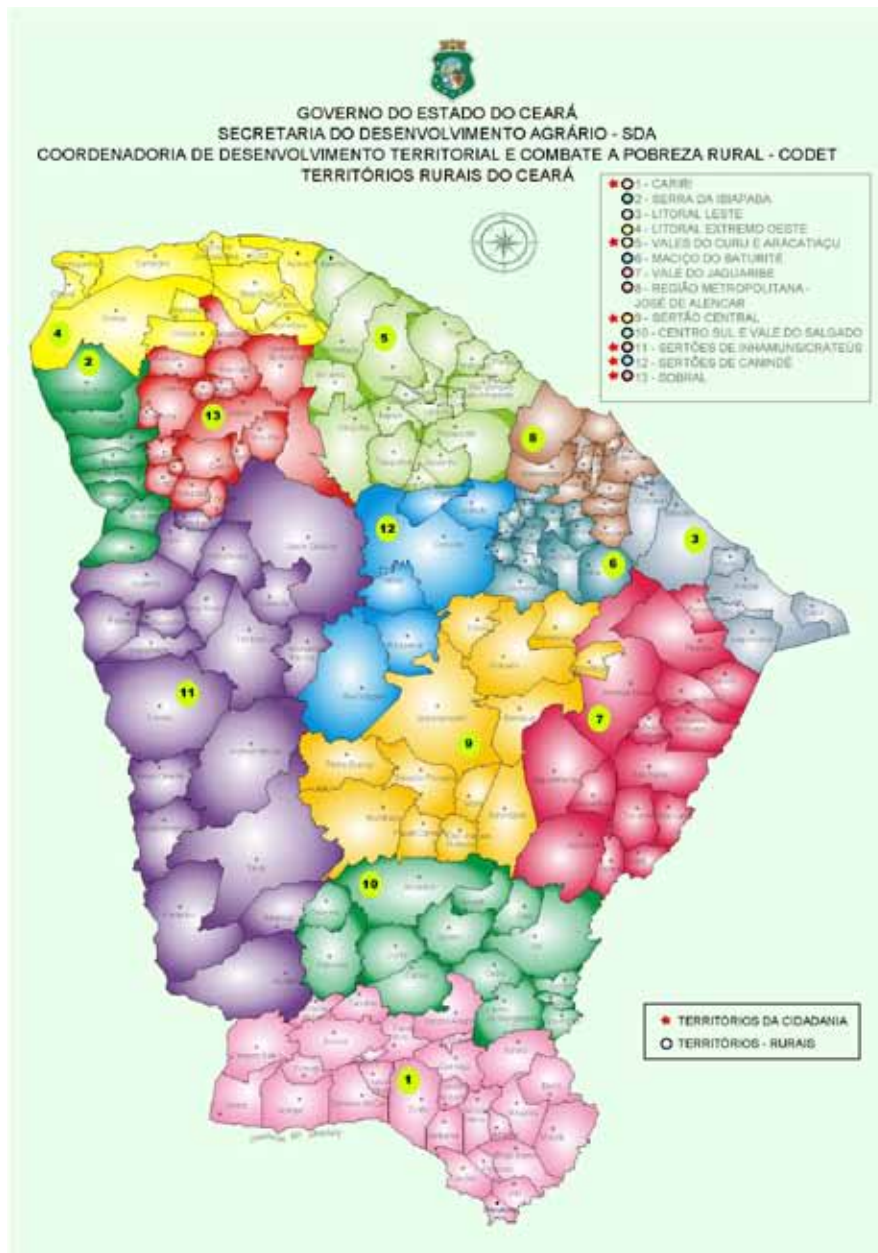
Programa 500	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - SDA
Tipo de Programa	Gestão e Manutenção
Área Temática	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA
Programa/Órgão	Objetivo
001-SDA	Garantir a plena manutenção e gestão da SDA e vinculadas
001-EMATERCE	Garantir a plena manutenção e gestão da SDA e vinculadas
001-IDACE	Garantir a plena manutenção e gestão da SDA e vinculadas
001-ADAGRI	Garantir a plena manutenção e gestão da SDA e vinculadas
001-CEASA	Garantir a plena manutenção e gestão da SDA e vinculadas

Programa 023	IGUALDADE ETNICO-RACIAL
Tipo de Programa	Temático Setorial
Área Temática	GOVERNO E SOCIEDADE
Programa/Órgão	Objetivo
003-GABGOV	Implantar medidas legais e de apoio ao reconhecimento de comunidades quilombolas e tradicionais
004-GABGOV	Promover o acesso a bens e serviços públicos, e a programas de segurança alimentar para comunidade quilombola e tradicionais
006-GABGOV	Desenvolver ações de articulação e intermediação junto aos órgãos de educação estadual para a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, prevista nas leis 10.639/03 e 11.645/08

002-SDA	Apoiar o Etnodesenvolvimento de Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais e Ciganos) em ações com suas representações em seus territórios
005-SDA	Apoiar as comunidades quilombolas no Ceará por meio da construção do capital social e do fortalecimento do ingresso aos recursos públicos e privados visando fortalecer seu protagonismo
009-SEDUC	Desenvolver ações voltadas à inclusão educacional das comunidades indígenas e quilombolas, e garantir o apoio ao processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena, que integram o currículo escolar
001-SESPORTE	Promover à prática esportiva participativa para indígenas

ANEXO 9

Mapa dos treze Territórios Rurais do Ceará





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário